

Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

2T23



Alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento.

Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ademais, os valores indicados como variações percentuais em alguns quadros podem não ser a aplicação aritmética que os precedem.

Sumário

1. Apresentação do Relatório	6
1.1. Principais Indicadores	7
2. Gerenciamento de Riscos	8
2.1. Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais	8
2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição	9
2.2.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos	9
2.2.2. Declaração de Appetite a Riscos (RAS)	9
2.2.3. Mapa dos Riscos	12
2.2.4. Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos	15
3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital	19
3.1. Programa de Testes de Estresse	22
3.2. Gerenciamento de Capital	22
3.2.1. Processo Corporativo de Gerenciamento de Capital	22
3.3. Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	23
4. Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais	25
5. Composição do Capital	27
5.1. Patrimônio de Referência (PR)	27
6. Indicadores Macroprudenciais	28
7. Razão de Alavancagem (RA)	29
8. Risco de Liquidez	31
8.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez	31
8.1.1. Controle e Acompanhamento	32
8.1.2. Mitigação do Risco de Liquidez	32
8.1.3. Testes de Estresse	32
8.1.4. Plano de Contingência	33
8.1.5. Comunicação Interna	33
8.2. Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – <i>Liquidity Coverage Ratio</i>)	34
8.3. Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – <i>Net Stable Funding Ratio</i>)	36
9. Risco de Crédito	38
9.1. Concessão de Crédito	38
9.2. Classificação do Risco de Crédito	39
9.3. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito	40
9.4. Mitigação do Risco de Crédito	40
9.5. Controle e Acompanhamento	41
9.6. Comunicação Interna	41
9.7. Detalhamento das Exposições de Risco de Crédito	42
9.8. Detalhamento das Exposições de Mitigação do Risco de Crédito	45
10. Risco de Crédito de Contraparte	48
10.1. Detalhamento das Exposição de Risco de Crédito de Contraparte	48
11. Exposições de Securitização	52

Sumário

11.1.	Detalhamento das Exposições de Securitização	53
12.	Risco de Mercado	55
12.1.	Estratégias utilizadas no Gerenciamento do Risco de Mercado	55
12.1.1.	Definição de Limites	55
12.1.2.	Modelos de Mensuração do Risco de Mercado	56
12.1.3.	<i>Hedge</i> e Utilização de Derivativos	56
12.2.	Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado	57
12.2.1.	Controle e Acompanhamento	58
12.2.2.	Comunicação Interna	58
12.3.	Principais Características dos Modelos Utilizados	58
12.3.1.	Value at Risk - VaR	58
12.3.2.	VaR Estressado – sVaR	59
12.3.3.	VaR Modelo Interno – <i>Backtesting</i>	59
12.3.4.	Modelos – Utilização no Conglomerado Prudencial	59
12.3.5.	Diferenças entre Modelo Gerencial e Modelo Regulatório	59
12.3.6.	Volatilidade, Correlação e Retorno	60
12.3.7.	Apreçamento de Instrumentos Financeiros	60
12.4.	Detalhamento das Exposições de Risco de Mercado	61
13.	Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)	65
13.1.	Processo de Gerenciamento do IRRBB	65
13.1.1.	Métricas de Cálculo	65
13.1.2.	Cenários de Choque e Estresse	66
13.1.3.	Mensuração do IRRBB	66
13.1.4.	<i>Hedge</i> e Utilização de Derivativos	67
13.2.	Detalhamento IRRBB	67
14.	Risco Socioambiental	68
14.1.	Processo de Gerenciamento do Risco Socioambiental	68
14.2.	Controle e Acompanhamento	69
14.2.1.	Operações enquadradas nos Princípios do Equador (abril a junho de 2023)	70
14.3.	Comunicação Interna	70
15.	Risco Climático	71
15.1.	Processo de Gerenciamento do Risco Climático	71
15.2.	Iniciativas e compromissos	71
15.3.	Comunicação Interna	71
16.	Risco de Modelo	72
16.1.	Processo de Gerenciamento de Risco de Modelo	72
16.2.	Metodologia de Risco de Modelo	72
16.3.	Controle e Acompanhamento	72
17.	Risco Operacional	73

Sumário

17.1.	Processo de Gerenciamento do Risco Operacional	73
17.2.	Metodologia de Mensuração do Risco Operacional	73
17.3.	Controle e Acompanhamento	74
17.4.	Comunicação Interna	74
18.	Gerenciamento de Continuidade de Negócios (GCN)	75
18.1.	Processo de Gestão de Continuidade de Negócios	75
18.2.	Controle e Acompanhamento	75
18.3.	Comunicação Interna	75
19.	Gestão de Crises Corporativa	76
19.1.	Processo Corporativo de Gestão de Incidentes e Crises	76
19.2.	Estrutura Corporativa de Gestão de Incidentes e Crises	76
19.3.	Comunicação Interna	76
20.	Risco de Estratégia	77
20.1.	Processo de Gerenciamento do Risco de Estratégia	77
20.2.	Controle e Acompanhamento	77
20.3.	Comunicação Interna	77
21.	Risco de Contágio	78
21.1.	Processo de Gerenciamento do Risco de Contágio	78
21.2.	Controle e Acompanhamento	78
21.3.	Comunicação Interna	78
22.	Risco de Segurança Cibernética	79
22.1.	Processo de Gerenciamento do Risco de Segurança Cibernética	79
22.2.	Metodologia de Mensuração do Risco de Segurança Cibernética	80
22.3.	Controle e Acompanhamento	81
22.4.	Comunicação Interna	81
23.	Risco de Compliance	82
23.1.	Processo de Gerenciamento	82
23.2.	Controle e Acompanhamento	82
23.3.	Comunicação Interna	82
I.	Anexos	83
II.	Glossário	84

Apresentação do Relatório

1. Apresentação do Relatório

A globalização dos mercados financeiros fomentou o surgimento de atividades e instrumentos financeiros fora do alcance das autoridades nacionais de supervisão dos bancos. Por outro lado, as diferenças entre as regulamentações nacionais a que os bancos estavam sujeitos criavam desigualdades nas condições de competição internacional. Para mitigar os efeitos dessas lacunas e condições, em 1974 foi criado o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, com a missão de promover a convergência internacional de padrões de capital e de práticas de gestão bancária. A necessidade de agregar outros segmentos financeiros ao processo de convergência levou à criação do Conselho de Estabilidade Financeira em 2009, para coordenar os trabalhos do Comitê de Basileia e de outros órgãos relacionados à atividade financeira.

Atualmente, as orientações para o segmento bancário definidas por estes dois órgãos são organizadas segundo uma estrutura conhecida como “os três pilares”:

Pilar 1 – Requerimento de Capital: define os padrões mínimos de capital a serem requeridos dos bancos, bem como as metodologias a serem utilizadas na mensuração dos riscos de crédito, de mercado e operacional.

Pilar 2 – Processo de Supervisão: estabelece os princípios de atuação dos supervisores do sistema bancário e define critérios para tratamento dos riscos não cobertos pelo Pilar 1. Os processos de gerenciamento de riscos também são contemplados nesta parte das orientações.

Pilar 3 – Disciplina de Mercado: recomenda aos bancos a ampla divulgação de um conjunto básico de informações, de modo que os participantes do mercado financeiro possam realizar avaliações bem fundamentadas dos riscos em que incorrem essas instituições.

Este Relatório atende às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária (Pilar 3 – Disciplina de Mercado) e às determinações do Banco Central do Brasil (BCB) requeridas através da Resolução nº 54/20. O Relatório busca proporcionar às partes interessadas o acesso às informações do gerenciamento de riscos da Organização Bradesco (“Organização”), apresentando de forma detalhada as suas práticas e controles dos principais riscos aos quais está exposta, permitindo aos agentes de mercado, inclusive, avaliarem a adequação do capital.

A Organização acredita que o gerenciamento de riscos é imprescindível para possibilitar a estabilidade das instituições financeiras a longo prazo e que a postura de transparência na divulgação de informações referentes a esta atividade fortalece a Cultura de Riscos da Organização, contribuindo para a solidez do Sistema Financeiro Nacional e a sociedade em geral. Como consequência do processo de aperfeiçoamento contínuo e melhores práticas no gerenciamento de riscos, a Organização foi a primeira instituição financeira¹ no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado, que já eram utilizados na sua gestão, para apuração do capital regulamentar.

Recomenda-se a leitura deste Relatório em conjunto com outros documentos divulgados pela Organização, tais como o Relatório de Análise Econômica e Financeira, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e os Anexos indicados no presente documento², que apresentam informações adicionais sobre as atividades da Organização. Para mais detalhes, acesse o nosso site de Relações com Investidores em www.bradescori.com.br.

¹ Conforme documento do BIS “Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP) – Assessment of Basel III regulations in Brazil” de dezembro de 2013.

² As informações relacionadas à G-SIB (indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global) e Remuneração de Administradores serão divulgadas conforme os prazos estabelecidos pela Resolução BCB nº 54/20, em bradescori.com.br – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos.

Apresentação do Relatório

1.1. Principais Indicadores

A Organização exerce a gestão de riscos e capital alinhada às diretrizes estratégicas, envolvendo as áreas de controle e negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e suportar os riscos inerentes às suas atividades.

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Organização, apurados sob a ótica do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia 15,5% +0,4 p.p. no trimestre 1T23: 15,1%	Índice de Nível I 12,9% +0,3 p.p. no trimestre 1T23: 12,6%	Índice de Capital Principal 11,4% +0,3 p.p. no trimestre 1T23: 11,1%	Razão de Alavancagem 7,4% +0,2 p.p. no trimestre 1T23: 7,2%
RWA Total¹ R\$ 956.140 +1,2% no trimestre 1T23: R\$ 945.116	RWA Risco de Crédito¹ R\$ 855.319 +0,6% no trimestre 1T23: R\$ 850.495	RWA Risco de Mercado¹ R\$ 17.843 +53,2% no trimestre 1T23: R\$ 11.643	RWA Risco Operacional¹ R\$ 82.978 Sem variação no trimestre 1T23: R\$ 82.978
LCR 178,5% +13,3 p.p. no trimestre 1T23: 165,2%		NSFR 123,1% +1,8 p.p. no trimestre 1T23: 121,3%	

Evolução Trimestral do RWA¹



Os requerimentos regulamentares mínimos determinados pelo Banco Central do Brasil são elencados a seguir:

Índice de Basileia² 11,50% a partir de abril/2022	Índice de Nível I² 9,50% a partir de abril/2022	Índice de Capital Principal² 8,00% a partir de abril/2022
Razão de Alavancagem³ 3,0% a partir de janeiro/2018	LCR⁴ 100% a partir de janeiro/2019	NSFR⁵ 100% a partir de outubro/2018

¹ Valores expressos em milhões de reais.

² O Índice de Basileia, o Índice de Nível I e o Índice de Capital Principal consideram os Adicionais de Capital Principal (ACPs) Conservação, Sistemico e Contracíclico, conforme a Resolução CMN nº 4.958/21 e Circulares BCB nº 3.768/15 e 3.769/15, respectivamente.

³ O requerimento mínimo para Razão de Alavancagem foi definido pela Resolução CMN 4.615/17.

⁴ O requerimento mínimo do LCR foi definido pela Resolução CMN 4.401/15.

⁵ O requerimento mínimo do NSFR foi definido pela Resolução CMN 4.616/17.

Gerenciamento de Riscos

2. Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

2.1. Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

Desde janeiro de 2015, as instituições financeiras sediadas no Brasil calculam suas exigências de capital em base consolidada com as instituições integrantes de seu Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez.

Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais (KM1)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	Jun-23	Mar-23	Dez-22	Set-22	Jun-22
\\ Capital regulamentar - valores					
1 Capital Principal	109.281	104.600	106.501	119.903	115.825
2 Nível I	123.250	118.614	120.624	134.271	129.636
3 Patrimônio de Referência - PR	148.608	142.648	144.283	156.322	152.504
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-
\\ Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores					
4 RWA total	956.140	945.116	971.611	988.412	974.639
\\ Capital regulamentar como proporção do RWA					
5 Índice de Capital Principal - ICP	11,4%	11,1%	11,0%	12,1%	11,9%
6 Índice de Nível 1	12,9%	12,6%	12,4%	13,6%	13,3%
7 Índice de Basileia	15,5%	15,1%	14,8%	15,8%	15,6%
\\ Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP _{Conservação}	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP _{Contracíclico}	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP _{Sistêmico}	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
11 ACP total ⁽¹⁾	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
12 Margem excedente de Capital Principal	3,4%	3,1%	3,0%	4,1%	3,9%
\\ Razão de Alavancagem (RA)					
13 Exposição total	1.664.284	1.644.824	1.639.736	1.774.994	1.591.967
14 RA	7,4%	7,2%	7,4%	7,6%	8,1%
\\ Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	212.771	207.280	198.601	207.870	183.156
16 Total de saídas líquidas de caixa	119.212	125.459	124.039	119.004	108.693
17 LCR	178,5%	165,2%	160,1%	174,7%	168,5%
\\ Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
18 Recursos estáveis disponíveis (ASF)	888.265	874.293	877.735	872.617	846.809
19 Recursos estáveis requeridos (RSF)	721.727	720.798	728.634	719.140	707.600
20 NSFR	123,1%	121,3%	120,5%	121,3%	119,7%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

Gerenciamento de Riscos

Comentários

O índice Nível I apresentou variação de +0,3 p.p. vs. Mar23 e +0,5 p.p. vs. Dez22, dada a maior geração interna de capital (lucro líquido) e o efeito positivo da marcação a mercado de nossos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

2.2. Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

2.2.1. Escopo do Gerenciamento de Riscos

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro³ sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos (Capítulo 2.2.4). Para tanto, a atuação da Organização é realizada por meio do modelo de três linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, além disso, são responsáveis pela execução dos controles, em resposta aos riscos, e/ou pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle interno, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de supervisão, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou monitoramento dos controles da primeira linha, além das atividades e responsabilidades associadas à validação independente de modelos. Nesta linha, destacam-se os Departamentos de Controle Integrado de Riscos, *Compliance*, Conduta e Ética, Jurídico, Segurança Corporativa, entre outros;
- **Terceira linha**, representada pelo Departamento de Auditoria e Inspeção Geral, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

2.2.2. Declaração de Appetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da Organização.

Ao mesmo tempo, a RAS enfatiza a existência de um processo eficaz de responsabilidades na gestão operacional de riscos e na execução das funções de controle, assim como para as ações mitigatórias, disciplinares, processos de escalonamento e notificação à Alta Administração quando da violação dos limites de risco ou processos de controles estabelecidos.

³ Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.

Gerenciamento de Riscos

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente⁴, ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

A RAS reforça a disseminação da cultura de risco ao possibilitar o conhecimento dos principais aspectos do apetite a riscos da Organização a todos os seus membros.

Dimensões do Apetite a Riscos

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais:

Solvência: a Organização busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos mensuráveis incorridos (em situações normais ou de estresse), bem como suportar eventuais perdas oriundas de riscos que não alocam capital e viabilizar possíveis aquisições estratégicas. Para atender este objetivo, foram estabelecidos *buffers* de capital, os quais fazem parte do arcabouço de apetite a riscos, sendo definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

A Organização estabeleceu os Índices de Basileia, Nível I, de Capital Principal e Razão de Alavancagem como os indicadores acompanhados nessa dimensão.

Liquidez: a Organização visa ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações por meio de fontes de captações pulverizadas e de baixo custo, para garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das suas obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Para essa dimensão, foram estabelecidos indicadores de acompanhamento de Curto e de Longo Prazo. O Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado pelo Banco Central do Brasil. Já o Indicador de Liquidez de Longo Prazo – NSFR (*Net Stable Funding Ratio*) corresponde à razão entre as captações estáveis disponíveis e as captações estáveis necessárias.

Rentabilidade: a Organização zela pelo crescimento sustentável de seus negócios e resultados e pela adequada remuneração do seu capital, buscando atender à expectativa de remuneração de seus acionistas em relação aos riscos assumidos em seus negócios.

A Organização monitora periodicamente os principais indicadores de performance dos resultados por linha de negócio, segmentos e produtos. Com base nesses acompanhamentos, são feitas análises, projeções e estudos no intuito de informar às áreas de negócios e à Alta Administração sobre os resultados individuais e consolidados, permitindo assim a tomada consciente de decisão e eventuais revisões estratégicas.

Crédito: a Organização direciona seu foco para clientes domésticos, de forma diversificada e pulverizada, tanto em termos de produtos como de segmentos, primando pela segurança e qualidade do portfólio, com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos e mantendo níveis de provisões e de concentrações adequados.

⁴ O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Gerenciamento de Riscos

O monitoramento do risco de crédito é realizado através do acompanhamento contínuo das carteiras e exposições, com avaliação da evolução de seus volumes, ativos problemáticos/reestruturações, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, comparativos com o mercado, entre outros. Adicionalmente, a Organização conta com um processo estruturado de governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação.

Em relação ao apetite a riscos, são acompanhadas métricas de concentração de exposições em Grupo Econômico (concentração de nome), em Setores Econômicos (concentração setorial) e em Países (risco de transferência). Além dos indicadores de concentração, foram estabelecidos indicadores para o nível de inadimplência superior a 90 dias do segmento massificado, para o nível de Créditos Problemáticos e para a Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o requerimento de capital nas visões econômica e regulatória.

Mercado: a Organização visa alinhar as exposições às diretrizes estratégicas, com limites específicos estabelecidos de maneira independente e com os riscos mapeados, mensurados e classificados quanto à probabilidade e magnitude.

A Organização monitora e controla a possibilidade de perda financeira por conta da oscilação de preços e taxas dos instrumentos financeiros, visto que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores. Considerando a dinâmica deste tipo de risco e as características de cada carteira de investimento, foram estabelecidos diversos limites de riscos e de resultados.

Para a carteira *Trading* fazem parte do apetite a riscos os indicadores de *Value at Risk* (VaR), Cenários de Estresse, Gestão de Resultado (negativo) Mensal e Trimestral. Para a carteira *Banking*, são acompanhados os Δ EVE Modelo Interno, Δ EVE Teste de *Outlier*, Δ NII Modelo Interno e Evolução das Posições Avaliadas a Mercado.

Operacional: a Organização atua no sentido de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos seus negócios, observando a conformidade com as leis, regulamentações e normas, assegurando que os processos sejam revestidos de controles eficientes.

Diante da ampla gama de produtos e serviços oferecidos, bem como o expressivo volume de atividades e operações realizadas, a Organização pode incorrer em perdas operacionais resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Neste sentido, no âmbito do Conglomerado Prudencial, a Organização estabeleceu limites de apetite e tolerância a perdas operacionais, que são acompanhados mensalmente. Adicionalmente, foi definido um indicador de monitoramento de disponibilidade dos principais canais de atendimento e sistemas, visando proporcionar a contínua prontidão no atendimento aos clientes.

Segurança Cibernética: a Organização atua para que os ativos e infraestrutura crítica de TI tenham sua segurança protegida e sejam capazes de resistir a ocorrências cibernéticas, como ataques, intrusões e vazamentos de dados. Para atender esses objetivos, a Organização está fundamentada nos pilares da Segurança da Informação e Cibernética estruturados em Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade, os quais são seguidos na adoção das melhores práticas de mercado em processos, metodologia e controles para identificação e gestão do risco de segurança cibernética bem como prevenção e tratamento de incidentes de segurança da informação e cibernéticos.

No modelo interno de apuração do apetite a risco de Segurança Cibernética, a Organização utiliza fontes de informação internas e externas sobre novos tipos de ameaças, vulnerabilidades e ataques cibernéticos, além de padrões de mercado.

Gerenciamento de Riscos

Socioambiental e Climático: a sustentabilidade é um dos pilares estratégicos da Organização, reforçando o nosso propósito de criar oportunidades para a realização das pessoas e o desenvolvimento sustentável de empresas e sociedade. Como setor financeiro, temos um papel fundamental na alocação de recursos para uma economia mais verde e inclusiva. Aspectos sociais, ambientais e climáticos estão integrados à nossa estratégia de atuação, contemplando nossas operações e negócios. Sob a ótica da gestão de riscos, definimos um conjunto de diretrizes setoriais, compreendendo medidas impeditivas e restritivas que norteiam as atividades da Organização.

Reputação: a Organização monitora sua reputação perante clientes, funcionários, órgão regulador, investidores e mercado em geral, visando assegurar a tempestiva identificação e avaliação de fontes potenciais deste risco e agir de forma preventiva para a sua mitigação.

O controle do risco reputacional visa assegurar que a Organização avalie e monitore a percepção das diversas partes interessadas visando identificar fontes potenciais de risco na reputação e agir de forma tempestiva na sua mitigação.

O controle deste risco é realizado por meio de um Índice Consolidado de Reputação, que é subdividido em dimensões sob as quais é possível apurar a reputação da Organização perante clientes, funcionários, órgão regulador, investidores e mercado em geral.

Modelo: a Organização utiliza modelos para apoio na tomada de decisões, elaboração de relatórios financeiros e de regulamentação e para fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio. Neste contexto, a Organização reconhece a existência do risco associado ao uso dos modelos e a importância do seu processo de gerenciamento.

A Organização realiza a gestão e o controle do risco de modelo por meio de avaliação, inventário e classificação de relevância e risco de modelo, sendo respaldados por processos de governança.

Riscos Qualitativos: além dos riscos acima descritos, a Organização está exposta aos riscos de Contágio, Estratégia, Subscrição e *Compliance*. Esses riscos são gerenciados por meio de processos e estrutura de governança que é composta por Comissões Departamentais, Comitês Executivos e Alta Administração. O gerenciamento desses riscos conta com o respaldo de políticas, normas e procedimentos que contribuem para a sua adequada gestão e controle.

Acompanhamento do Apetite a Riscos

O acompanhamento do apetite se dá por meio de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções dos limites, as quais requerem discussão, autorização para exceções e/ou medidas de adequação, permeando todas as esferas da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

2.2.3. Mapa dos Riscos

A Organização, diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Portanto, é imprescindível a adoção de monitoramento constante dos riscos de forma a dar segurança e conforto às partes interessadas. A seguir, destacamos os riscos relevantes para a Organização:

Gerenciamento de Riscos

Risco de Crédito – Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o **Risco País/Risco de Transferência**, representado pela possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas à contraparte ou ao instrumento mitigador localizados fora do País, incluindo o risco soberano e a possibilidade de perdas em decorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do País associados à operação sujeita ao risco de crédito. O **Risco de Crédito de Contraparte** é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte e o **Risco de Concentração** é representado pela possibilidade de perdas em razão de exposições significativas a uma contraparte, fator de risco, produto, setor econômico, região geográfica, mitigador, etc.

Risco de Mercado – Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Risco Operacional – Representado pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado às atividades desenvolvidas pela Organização.

Risco de Subscrição – Oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto as incertezas existentes na estimação de provisões.

Risco de Liquidez – Representado pela possibilidade de a Organização não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a Organização não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Riscos Social, Ambiental e Climático – Representados por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade, ao meio ambiente e ao clima. Esses riscos, quando associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamento e investimento. O **Risco Social** compreende a violação de direitos, garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como a prática de trabalho análogo à escravidão e ao trabalho infantil. O **Risco Ambiental** abrange a degradação do meio ambiente e uso excessivo de recursos naturais. O **Risco Climático** refere-se a eventos de transição para uma economia de baixo carbono (risco de transição) bem como alterações na frequência e nos padrões climáticos (risco físico).

Risco de Estratégia – Representado pela possibilidade de deterioração de resultado, capital e/ou dos indicadores estratégicos (em relação ao planejado) decorrente de decisões empresariais não alinhadas à estratégia, implantação inadequada de decisões bem como falta e/ou insuficiência de reação às mudanças do ambiente empresarial.

Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Reputação** – Representado pela perda de credibilidade perante clientes, contrapartes, órgãos governamentais e mercado de atuação ou comunidade, decorrentes de ações, atos e atitudes indevidas e impróprias.

- **Risco de Modelo** – Representado pela possibilidade de perdas em razão de modelos com falhas ou deficiências no processo de desenvolvimento, ou uso inadequado.

- **Risco de Contágio** – Representado pela possibilidade de perda financeira decorrente dos relacionamentos (contratuais ou não) da Organização com empresas controladas, coligadas, estruturas paralelas, controladoras, fundos de investimentos, fundações, fornecedores e parceiros não consolidados no Conglomerado Prudencial.

- **Risco de Compliance** – É o risco decorrente de sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros, oriundos do descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores ou autorreguladores, e dos códigos de conduta ética aplicáveis às atividades desempenhadas pela Organização.

- **Risco de Segurança Cibernética** – Representado pela possibilidade de incidentes cibernéticos, incluindo, ataques, intrusões e vazamentos que possam comprometer a confidencialidade, a integridade e/ou a disponibilidade dos processos de negócios críticos, ativos e/ou infraestrutura críticos da Organização.

Além dos riscos descritos neste mapa e considerando o ambiente de negócios, a Organização acompanha constantemente riscos macroeconômicos que possam trazer impactos adversos às suas exposições. Esses riscos são avaliados por meio de processos consistentes e uma sólida estrutura de governança. Nesse sentido, os riscos macroeconômicos identificados pela Organização são relacionados a seguir:

- **Recessão nos países desenvolvidos:** impacto na atividade mundial através de condições financeiras ainda mais restritivas ou um eventual aperto monetário mais intenso pelos bancos centrais desenvolvidos. Incertezas no sistema bancário e aperto do crédito podem ter impactos adicionais sobre a atividade econômica, com as economias podendo entrar em recessão nos próximos doze meses;
- **Risco de instabilidade e crise financeira global:** em um cenário de juros mais elevados nas economias desenvolvidas, inflação persistente, piora no crescimento e incertezas elevadas, pode haver consequências não previstas sobre a liquidez, o crédito, o sistema bancário e a estabilidade financeira globais;
- **Incertezas sobre a política econômica:** inconsistência entre a política fiscal e a política monetária, a implementação da nova regra fiscal, condução das empresas estatais e a política parafiscal são temas que podem afetar a confiança;
- **Risco de persistência da inflação:** a desinflação não se materializa, seja por conta de novos choques ou inconsistência da política econômica, com generalização das pressões inflacionárias sobre bens e serviços, depreciação cambial ou desancoragem das expectativas. Nesse contexto, o Banco Central poderia ter espaço limitado para conduzir um ciclo de corte de juros mais expressivo, com implicações negativas para a atividade econômica e a confiança;
- **Riscos geopolíticos:** novos desdobramentos da guerra na Ucrânia ou o acirramento das tensões entre ocidente e oriente, como a disputa comercial entre China e Estados Unidos, podem deteriorar ainda mais as expectativas para o crescimento mundial e manter a inflação global pressionada;
- **Riscos socioambiental e climático:** eventos que podem trazer impactos sobre as percepções e a confiança dos agentes econômicos, com o potencial de afetar negativamente o crescimento econômico, de forma direta e indireta, e os negócios em geral, além de gerar deterioração da imagem do país no âmbito internacional.

Gerenciamento de Riscos

2.2.4. Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

O processo corporativo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, sendo constituído pelas seguintes etapas:



Gerenciamento de Riscos

2.2.4.1. Controles Internos

O Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, através da área de Controles Internos, atua proativamente no gerenciamento dos riscos e dos controles existentes nos processos, de maneira a mantê-los em níveis aceitáveis pela Organização.

A metodologia de Controles Internos está alinhada com os *Frameworks* emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission (Internal Control – Integrated Framework e Enterprise Risk Management - Integrated Framework)* e às diretrizes estabelecidas pelo *Information Systems Audit and Control Association (ISACA)* por meio do *Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT 5)*.

A área de Controles Internos, em apoio às áreas de primeira linha, desafia a identificação e avaliação dos riscos e controles, sendo o resultado desta atividade refletido nos mapas de riscos das Entidades, que são revisados conforme plano anual de atuação da área de Controles Internos. Adicionalmente, realiza revisões temáticas (*Swat Team*), com objetivo de aprofundamento na avaliação do ambiente de controles de determinado tema, cujos resultados são apresentados por meio de relatórios específicos, sendo que os riscos e fragilidades identificadas são incorporados aos mapas de riscos de cada Entidade.

Os mapas de riscos, por sua vez, são reportados mensalmente aos diretores dos departamentos, contendo informações de todos os riscos, fragilidades e planos de ação sob sua responsabilidade e, periodicamente, os riscos residuais Muito Alto e Alto são reportados ao Comitê de Acompanhamento de Riscos, Comitê de Gerenciamento de Riscos e Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC, para ciência ou aprovação, conforme Estrutura de Governança descrita na Norma do Sistema de Controles Internos.

Além disso, anualmente, é enviado relatório ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria – COAUD, consolidando as avaliações e conclusões de todos os trabalhos realizados pelos times de Controles Internos.

A efetividade dos controles internos é sustentada por profissionais capacitados, processos bem definidos e implementados, bem como tecnologia compatível com as necessidades dos negócios, nos termos da Resolução CMN nº 4.968/21.

2.2.4.2. Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital

A Organização, em relação a disseminação da cultura de riscos, dispõe de políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos e do capital. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Organização e empresas ligadas.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a Organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.

As políticas de gerenciamento de riscos e de capital estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas nacionais e internacionais, em conformidade com leis e regulamentos emanados por órgãos supervisores, sendo revisadas no mínimo anualmente pelo Conselho de Administração e disponibilizadas a todos os funcionários e empresas ligadas, por meio do Portal Corporativo.

Gerenciamento de Riscos

Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital

- Governança Corporativa
- Gestão de Riscos
- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco Operacional
- Risco de Subscrição
- Risco de Modelo
- Risco de Contágio
- Risco de Estratégia
- Continuidade de Negócios
- Corporativa de Sustentabilidade
- Gerenciamento de Capital
- Controles Internos
- Corporativa de *Compliance* (Conformidade)

A Organização possui sua Política Corporativa de Divulgação de Informações, a qual preza garantir às partes interessadas o acesso a informações claras e precisas de acordo com o assunto, bem como assegurar o processo contínuo de aferição e confirmação da fidedignidade das informações a serem divulgadas, dentre outras diretrizes.

Mais detalhes sobre a Política Corporativa de Divulgação de Informações estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescom.com.br – Governança Corporativa – Estatuto, Políticas, Normas e Contrato de Indenidade – Políticas e Normas).

2.2.4.3. Estruturas de Gerenciamento de Riscos e Capital

As estruturas de gerenciamento de riscos e capital são compostas por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões.

A Organização dispõe do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta, também, com os Comitês Executivos de: a) Acompanhamento de Riscos, b) Gerenciamento de Riscos, c) PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/*Cyber*, existindo ainda o Comitê Executivo de Produtos, Serviços e Parcerias e os Comitês Executivos das áreas de negócios que, dentre suas atribuições, sugerem os limites de exposição a seus respectivos riscos e elaboram planos de mitigação a serem submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração.

Gerenciamento de Riscos

Adicionalmente, compete ao Comitê de Riscos, avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital.

O Conselho de Administração da Organização aprovou as informações divulgadas neste relatório a respeito da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

Destaca-se nesta estrutura o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, cuja missão é promover e viabilizar o controle de riscos e a alocação de capital, através de práticas robustas e da certificação da existência, da execução e da efetividade de controles que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos da Organização, de forma independente, consistente, transparente e integrada. Este Departamento também tem por atribuição atender as determinações do Banco Central do Brasil pertinentes às atividades de gerenciamento de riscos.



Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

3. Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

A Governança Corporativa da Organização conta com a participação de todos os seus níveis hierárquicos, tendo por finalidade otimizar o desempenho da companhia e proteger as partes interessadas, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à Organização e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento e prestação de contas. Este arcabouço atende as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Nesse contexto, o gerenciamento de riscos e capital é realizado por meio de decisões colegiadas, apoiando-se em comitês específicos. Este processo conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que compreende desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços.

Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> ■ Aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados.
Comitê de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ■ Avalia os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; ■ Supervisiona a atuação e o desempenho do <i>Chief Risk Officer</i> (CRO); ■ Supervisiona a observância, pela diretoria da Organização, dos termos da RAS; ■ Avalia o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas; ■ Propõe recomendações ao Conselho de Administração sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de continuidade de negócios, planos de contingência de capital e liquidez e plano de capital.
Comitê de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> ■ Revisa a integridade das demonstrações financeiras; ■ Recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
Comitê de Integridade e Conduta Ética	<ul style="list-style-type: none"> ■ Garante que as infrações e violações aos Códigos de Conduta Ética corporativo e setoriais e às rupturas de conduta anticorrupção e concorrencial sejam seguidas de ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis; ■ Assegura que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da Organização; ■ Encaminha para deliberação do Conselho de Administração os assuntos relacionados a Diretores da Organização.
Auditoria e Inspeção Geral	<ul style="list-style-type: none"> ■ Certifica o processo de gerenciamento de riscos dos negócios; ■ Assegura a conformidade com as políticas, normas, padrões, procedimentos e regulamentações internas e externas; ■ Recomenda aprimoramentos no ambiente de controle interno.

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

Comitês Executivos

Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> ■ Provê suporte à Alta Administração na avaliação da divulgação de transações e informações relevantes relacionadas à Organização; ■ Aprecia os relatórios objetivando assegurar que sejam elaborados conforme controles e procedimentos definidos para a sua preparação.
Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital (COGIRAC)	<ul style="list-style-type: none"> ■ Valida e submete para avaliação do Comitê de Risco e deliberação do Conselho de Administração o apetite e limites de exposição por tipos de riscos; ■ Valida e submete para avaliação do Comitê de Risco e deliberação do Conselho de Administração as políticas inerentes ao gerenciamento dos riscos e do capital; ■ Valida e submete para avaliação do Comitê de Risco e deliberação do Conselho de Administração o programa de testes de estresse, os parâmetros, cenários, suas probabilidades, premissas, seus resultados e as ações de gestão para mitigação dos impactos; ■ Garante o cumprimento das políticas de gerenciamento de todos os riscos e de capital; ■ Acompanha o perfil de risco, performance, necessidade de capital e suficiência, exposições versus limites e controle dos riscos; ■ Avalia a efetividade e conformidade do Sistema de Controles Internos.
Riscos: <ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento de Riscos – Gerenciamento de Riscos 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Garantem o cumprimento das políticas e asseguram a efetividade dos processos de gestão de riscos e capital; ■ Aprovam e acompanham as definições, critérios e procedimentos a serem adotados, bem como metodologias, modelos e ferramentas voltados ao gerenciamento e mensuração do risco e capital; ■ Aprovam e acompanham as informações sobre o nível de exposições a riscos, consolidado e por dependência; ■ Avaliam e submetem à validação do COGIRAC a política, estrutura, papéis e responsabilidades, apetite a riscos, avaliação de adequação e plano de capital; ■ Acompanham movimentações e desenvolvimentos do mercado, avaliando implicações e riscos e capital; ■ Tomam conhecimento das regras, diretrizes e orientações emanadas por órgãos reguladores Nacionais e Internacionais; ■ Tomam conhecimento dos trabalhos executados pelas auditorias interna e externa pertinentes à gestão de riscos.
Gestão de Crises	<ul style="list-style-type: none"> ■ Avalia o evento de crise e delibera sobre as possíveis ações de mitigação e contenção do evento de crise.
PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/Cyber	<ul style="list-style-type: none"> ■ Garantem o cumprimento das políticas e asseguram a efetividade dos processos de segurança corporativa, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo; ■ Avaliam e submetem à validação do COGIRAC as políticas e respectivas diretrizes inerentes à segurança corporativa e à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

Produtos, Serviços e Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> Avalia se todos os riscos foram apontados e se são aceitáveis, deliberando sobre a criação, alteração, suspensão ou descontinuidade de produtos/serviços e estabelecimento de parcerias de negócios, considerando o perfil dos clientes.
Cobrança e Recuperação de Créditos	<ul style="list-style-type: none"> Delibera sobre propostas de renegociação de dívidas vencidas ou com potencial risco de perda; Aprova normas, procedimentos, medidas e orientações de caráter corporativo, relacionados ao assunto de Cobrança e Recuperação de Créditos; Define limites de alçadas para aprovação de renegociações de dívidas.
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> Toma decisões colegiadas sobre consultas de limites ou operações que envolvam risco de crédito, propostas pelas Dependências e Empresas da Organização.
Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos	<ul style="list-style-type: none"> Define estratégias de atuação na gestão de ativos e passivos baseados na análise dos cenários político-econômico, nacional e internacional e de precificação das operações ativas, passivas e derivativas com clientes da Organização; Avalia estratégias de atuação na gestão do <i>hedge</i> do patrimônio externo; Valida e submete à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital as propostas de limites de tolerância à exposição a riscos e regra de liquidez.
Tesouraria	<ul style="list-style-type: none"> Define estratégias de atuação da Tesouraria para a otimização dos resultados, baseadas na análise dos cenários político-econômico, nacional e internacional; Valida e submete à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital as propostas de limites de tolerância à exposição a riscos para Tesouraria; Acompanha os resultados, comportamentos e riscos da Carteira de Negociação, dos descasamentos de ativos e passivos e da mesa de clientes.
Planejamento Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> Avalia posicionamentos acerca do risco de estratégia, bem como define ações para sua mitigação.

Visando a busca das melhores práticas de governança e conduta corporativa dentro dos mais elevados padrões e princípios éticos, o Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética – DCCE, tem como missão zelar pela conformidade da Organização aos seus princípios, às normas legais e infralegais, internas e externas, contribuindo para a sustentabilidade e ética de seus negócios.

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

3.1. Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com um programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. Os testes de estresse são exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos no capital, na liquidez ou no valor de um portfólio particular da Organização.

No Programa de Testes de Estresse, os cenários são elaborados pelo Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas – DEPEC e discutidos com as áreas de Negócio, Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, Departamento de Controladoria, entre outras áreas. Os cenários e resultados são discutidos e aprovados pela Comissão Técnica de Testes de Estresse – COTES, sendo validados pelo COGIRAC. Posteriormente, são submetidos para avaliação do Comitê de Riscos e deliberação do Conselho de Administração, que além dos cenários e resultados dos testes de estresse, é o responsável pela aprovação do programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

Os testes de estresse são utilizados como uma ferramenta para o gerenciamento de riscos, na sua identificação, na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação dos riscos da instituição. Os resultados dos testes de estresse são insumos para avaliação dos níveis de capital e de liquidez da instituição, para a elaboração dos respectivos planos de contingência, para a avaliação da adequação de capital e para o plano de recuperação. Da mesma forma, os resultados são considerados nas decisões relativas as diretrizes estratégicas, na definição dos níveis e limites de apetite a riscos aplicados ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como na definição de ações de governança com o objetivo de mitigação dos riscos identificados, alinhando-os ao apetite a riscos da Organização.

3.2. Gerenciamento de Capital

A Organização exerce a gestão de capital envolvendo as áreas de controle e de negócios, conforme orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e conta com uma estrutura de governança composta por Comissões, Comitês e tem como órgão máximo o Conselho de Administração.

O Departamento de Controladoria tem a responsabilidade de atender às determinações do Banco Central do Brasil, pertinentes às atividades de gerenciamento de capital e de subsidiar a Alta Administração com análises e projeções da disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

3.2.1. Processo Corporativo de Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota postura prospectiva, de 3 anos, ao elaborar o seu plano de capital, antecipando a necessidade de capital e estabelece procedimentos e ações de contingência a serem consideradas em cenários adversos, levando em consideração possíveis mudanças nas condições do ambiente regulatório, econômico e de negócios em que atua.

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

Para assegurar permanentemente uma composição sólida de capital no apoio ao desenvolvimento das suas atividades e garantir a adequada cobertura dos riscos incorridos, a Organização mantém acompanhamento periódico de projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial está alinhada às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, tais como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada mediante a apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal.

3.3. Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

No Brasil, o Banco Central do Brasil determina através da Resolução CMN nº 4.958/21, que as instituições devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos das operações realizadas por elas, o que remete ao cálculo da exigência de capital.

O risco das atividades de instituições financeiras é representado pela apuração dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), na sigla em inglês adotada pelo Banco Central. O montante do RWA é definido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{OPAD} + RWA_{MPAD/MINT}$$

- **RWA_{CPAD}** – parcela padronizada relativa às exposições ao risco de crédito;
- **RWA_{OPAD}** – parcela padronizada relativa ao risco operacional;
- **RWA_{MPAD/MINT}** – parcela padronizada / modelo interno relativa às exposições sujeitas ao risco de mercado.

A tabela a seguir apresenta informações do montante de RWA utilizado na apuração do requerimento mínimo de PR, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução CMN nº 4.958/21.

Governança de Gerenciamento de Riscos e Capital

Visão geral dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (OV1)

R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR ⁽²⁾
	a	b	c
	Jun-23	Mar-23	Jun-23
0 Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	855.319	850.495	68.426
2 Risco de crédito em sentido estrito ⁽¹⁾	773.876	775.918	61.910
6 Risco de crédito de contraparte (CCR)	22.792	22.989	1.823
7 Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	17.218	16.893	1.377
7a Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9 Do qual: mediante demais abordagens	5.574	6.096	446
10 Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	13.143	7.645	1.051
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	3.096	3.299	248
13 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	695	459	56
16 Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	738	960	59
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR ⁽²⁾	40.980	39.225	3.278
20 Risco de mercado⁽³⁾	17.843	11.643	1.427
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	13.131	9.568	1.051
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	17.843	11.643	1.427
24 Risco Operacional	82.978	82.978	6.638
27 Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	956.140	945.116	76.491

(1) Não contempla operações de Risco de Crédito de Contraparte.

(2) Conforme definido na Resolução CMN nº 4.955/21, art. 5º.

(3) Composto pelo máximo entre 80% do modelo padronizado (RWAMPAD) e modelo interno (RWAMINT), conforme Circulares nº 3.646 e nº 3.674.

Comentários

A variação do RWA em relação ao trimestre anterior tem como destaque o aumento da alocação de Risco de Mercado pelo modelo interno, em virtude da elevação da exposição média em taxas de cupons de inflação.

Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

4. Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

A abrangência regulamentar para avaliação de suficiência de capital, desde janeiro de 2015, é o Conglomerado Prudencial, conforme regulamentações do Banco Central do Brasil. Vale destacar, porém, que as demais empresas integrantes do Consolidado Econômico-Financeiro, também fazem parte do processo de gerenciamento de riscos da Organização. Para essas empresas, são avaliados todos os riscos inerentes às suas atividades, com destaque para as empresas que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros, as quais também seguem padrões regulamentares de capital, seja pelas regras da Superintendência de Seguros Privados (Susep) ou Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dependendo do ramo de atuação de cada uma.

A tabela a seguir permite identificar as diferenças entre o escopo de consolidação utilizado nas demonstrações financeiras publicadas (coluna a) e aquele empregado para fins da regulamentação prudencial (coluna b). As colunas "c" a "g" detalham os valores por categorias de riscos.

Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco (LI1)

	a	b	c	d	e	f	g
			Jun-23				
			Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria				
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores reportados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
R\$ milhões							
\ \ Ativos							
Caixa e equivalentes a caixa	20.342	19.494	19.494	-	-	9.486	-
Instrumentos financeiros	1.727.474	1.391.666	1.220.685	167.047	1.802	161.459	2.131
Operações de arrendamento mercantil	3.620	3.620	3.620	-	-	-	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(60.196)	(60.196)	(60.196)	-	-	-	-
Crédito tributário	95.061	89.654	69.652	-	-	-	20.003
Investimentos em participações em coligadas e controladas	9.399	49.929	31.557	-	-	-	18.373
Imobilizado de uso	20.648	11.726	11.726	-	-	-	-
Intangível	42.829	36.742	-	-	-	-	36.742
Depreciações e amortizações	(39.277)	(30.936)	(6.972)	-	-	-	(23.964)
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(2.901)	(2.744)	(1.794)	-	-	-	(950)
Outros ativos	25.624	40.669	40.543	-	-	-	126
Total de ativos ⁽¹⁾	1.842.622	1.549.625	1.328.314	167.047	1.802	170.945	52.461
\ \ Passivos							
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.271.540	1.332.011	18.053	251.873	-	42.915	1.062.085
Provisões	373.102	26.347	3.630	-	-	843	22.717
Obrigações fiscais diferidas	6.077	5.397	-	-	-	-	5.397
Outros passivos	31.718	25.500	-	-	-	-	25.500
Total de passivos	1.682.437	1.389.255	21.682	251.873	-	43.758	1.115.699

(1) A soma dos valores informados nas colunas "c" a "g" podem ser diferente do valor informado na coluna "b", uma vez que os valores considerados para fins da regulamentação prudencial podem estar associados a mais de uma categoria de risco.

Comparação entre Informações Contábeis e Prudenciais

Os valores considerados nas demonstrações financeiras (coluna “a” da tabela LI1) não são conciliados com os valores reportados na regulamentação prudencial (coluna “b” da tabela LI1) devido, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (com destaque para as empresas que fazem parte do Grupo Bradesco Seguros) no Conglomerado Prudencial.

A tabela LI2 demonstra as principais causas das diferenças entre os valores da coluna “b” da tabela LI1 e os valores das exposições.

Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições (LI2)

	a	b	c	d	e
	Jun-23				
	Valores				
	Total	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
R\$ milhões					
1 Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	1.497.164	1.328.314	167.047	1.802	170.945
2 Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	273.556	21.682	251.873	-	43.758
3 Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	1.770.719	1.349.997	418.920	1.802	214.703
4 Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	131.433	131.433	-	-	-
5 Diferenças no apuração de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
6 Outras diferenças	45.522	-	45.522	-	-
7 Exposições consideradas para fins prudenciais	1.947.674	1.481.430	464.442	1.802	214.703

A linha de “Outras Diferenças” da tabela LI2 considera exposições não contábeis sujeitas a risco de crédito de contraparte (abordagem SA-CCR).

A tabela a seguir apresenta informações sobre os elementos considerados no cálculo dos ajustes prudenciais, utilizados no processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.277, de 2013.

Ajustes Prudenciais – PVA (PV1)

	a	b	c	d	e	f	g	h
	Jun-23							
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
R\$ mil								
1 Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	-	-	-	-	-
3 Custo de liquidação das posições	-	-	-	-	-	-	-	-
4 Concentração de mercado	-	-	-	-	-	-	-	-
5 Risco de pagamento antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Risco de modelo	2.131	-	-	-	-	2.131	2.131	-
7 Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
8 Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
12 Total	2.131	-	-	-	-	2.131	2.131	-

Em relação ao apuração, a Organização possui um processo criterioso e em linha com os princípios determinados pela Resolução CMN nº 4.389/14. Os detalhes desse processo estão descritos no item 12.3.7 Apuração de Instrumentos Financeiros.

Composição do Capital

5. Composição do Capital

De acordo com as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/21, o Patrimônio de Referência (PR) de uma instituição financeira é representado pelo somatório do Capital Nível I e Nível II e será utilizado na determinação de seus limites operacionais.

Capital Nível I: visa assegurar a solvência da instituição financeira, garantindo a continuidade de sua operação. Com a entrada em vigor de Basileia III, passou-se a dividir o Capital Nível I em dois novos subgrupos:

- **Capital Principal:** composto, basicamente, por ações e reservas;
- **Capital Complementar:** composto, basicamente, por instrumentos análogos aos instrumentos híbridos de capital e dívida, com característica de perpetuidade.

Capital Nível II: constitui instrumentos análogos aos instrumentos híbridos de capital e dívida, com vencimento mínimo de 5 anos.

5.1. Patrimônio de Referência (PR)

A seguir, apresentamos o detalhamento das informações relativas ao PR da Organização (alinhado com os requerimentos globais de Capital – Basileia III), sob a ótica do Conglomerado Prudencial.

R\$ milhões	Jun-23	Mar-23	Jun-22
\\ Patrimônio de Referência - Nível I	123.250	118.614	129.636
Capital Principal	109.281	104.600	115.825
Patrimônio Líquido	159.318	155.321	152.704
Minoritários/Outros	262	12	1.345
Ajustes Prudenciais ⁽¹⁾	(50.298)	(50.733)	(38.224)
Capital Complementar	13.969	14.014	13.811
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.955/21)	13.969	14.014	13.811
\\ Instrumentos Elegíveis para compor o Nível II	25.358	24.034	22.868
Dívidas subordinadas (Resolução CMN nº 4.955/21)	25.358	24.034	22.868
\\ Total do Patrimônio de Referência (PR)	148.608	142.648	152.504

(1) De acordo com a Resolução nº 4.955/21 do CMN.

Para mais informações e detalhamentos, consulte “CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)”, “CCA: Principais Características dos Instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)” e “CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial”, disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescom.com.br – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3).

Indicadores Macroprudenciais

6. Indicadores Macroprudenciais

A tabela a seguir apresenta a visão geral da distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, para fins do cálculo do Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACP_{Contracíclico}), sendo a metodologia de cálculo aplicada conforme as regras da Circular BCB nº 3.769/15.

Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{Contracíclico} (CCyB1)

	a	b	c	d	e
			Jun-23		
		Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP_{Contracíclico}		Adicional contracíclico aplicável à instituição	Valor do ACP_{Contracíclico}
	ACCPi	Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB		
R\$ Milhões					
Jurisdição					
BRASIL (BR)	0,0%	1.421.234	737.592		-
LUXEMBURGO (LU)	0,5%	1.142	658		3
REINO UNIDO (GB)	0,5%	1.763	983		5
SUÉCIA (SE)	2,0%	604	451		9
OUTROS PAÍSES	0,0%	23.370	14.528		-
Subtotal		1.448.114	754.213		
\\ Total		1.448.114	754.213	-	17

Comentários

A Organização (consolidado prudencial) possui exposição no exterior com 26 jurisdições, sendo que 3 apresentam Adicional Contracíclico de Capital Principal (ACPPi) - Luxemburgo, Reino Unido e Suécia. Em relação à variação trimestral de RWA, houve redução de 1,25% em relação ao 1º trimestre de 2023, com o Brasil concentrando 98% dos ativos ponderados pelo risco.

Razão de Alavancagem

7. Razão de Alavancagem (RA)

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, em outubro de 2015 entrou em vigor a Razão de Alavancagem (RA), índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras. Este índice avalia a alavancagem utilizando apenas valores de exposição sem nenhuma ponderação de risco.

Em 30/11/2017 o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 4.615, que definiu o nível mínimo da Razão de Alavancagem em 3%, com vigência a partir de 01/01/2018.

A tabela a seguir detalha os ajustes efetuados no valor do ativo total para a obtenção da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), conforme disposto na Circular nº 3.748, de 2015.

Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem – RA (LR1)

R\$ milhões		Jun-23
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.842.622
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(292.997)
1+2	Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas	1.549.625
4	Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	1.292
5	Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	20.935
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	142.408
7	Outros ajustes	(49.975)
8	Exposição Total	1.664.284

Comentários

A Exposição Total manteve-se estável no trimestre.

Razão de Alavancagem

Detalhamento dos componentes da Exposição Total utilizada na apuração da Razão de Alavancagem (RA), de que trata a Circular nº 3.748/15, é demonstrado a seguir.

Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem (LR2)

R\$ milhões	a	b	
	Jun-23	Mar-23	Jun-22
\\ Itens Contabilizados no Balanço Patrimonial			
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores			
1 mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.384.069	1.343.678	1.372.642
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(55.604)	(56.058)	(41.906)
3 Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	1.328.465	1.287.620	1.330.736
\\ Operações com instrumentos financeiros derivativos			
4 Valor de reposição em operações com derivativos	11.691	11.678	14.498
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	6.941	10.066	8.473
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-	-
8 Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(9.813)	(6.545)	(7.267)
9 Valor de referência dos derivativos de crédito	1.292	1.514	1.247
10 Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	-	-	-
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	10.111	16.713	16.951
\\ Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)			
12 Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	161.616	173.406	75.775
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	5.249	5.851	5.740
15 Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	-	-	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	166.865	179.256	81.515
\\ Itens não contabilizados no balanço patrimonial			
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	410.221	421.797	427.259
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(251.379)	(260.563)	(264.493)
19 Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	158.842	161.234	162.766
\\ Capital e Exposição Total			
20 Nível I	123.250	118.614	129.636
21 Exposição Total	1.664.284	1.644.824	1.591.967
\\ Razão de Alavancagem (RA)			
22 Razão de Alavancagem	7,4%	7,2%	8,1%

Comentários

A razão de alavancagem aumentou 0,19 p.p. em relação ao 1T23 principalmente devido ao crescimento do PR Nível I.

Risco de Liquidez

8. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

8.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é executado pela Organização de modo corporativo e permeia todas as camadas da governança. A seguir estão as atribuições dos departamentos que se destacam no gerenciamento e controle de risco de liquidez:

Departamento de Tesouraria	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a gestão diária do caixa e liquidez; Propor limites para os indicadores de controle do risco de liquidez, assim como os níveis para o sinalizador de alertas; Cumprir os limites estratégicos e operacionais estabelecidos; Reportar assuntos relacionados à gestão de liquidez do Comitê Executivo de Tesouraria para Gestão de Ativos e Passivos;
Departamento de Controle Integrado de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> Propor as métricas de controle de liquidez e concentração, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido; Calcular e divulgar os indicadores de monitoramento e controle de liquidez nas periodicidades estabelecidas; Prover ferramentas de simulação dos principais indicadores implementados; Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do risco de liquidez nas comissões e comitês executivos onde o tema é abordado;
Áreas de retaguarda (Departamento de Ações e Custódia, Departamento Internacional e Câmbio e Controladoria)	<ul style="list-style-type: none"> Executar a projeção de fluxos de caixa para o monitoramento da liquidez, inclusive <i>intraday</i>; Elaborar os fluxos de caixa previstos até o horizonte de 12 meses e remeter às áreas de interesse; Verificar e garantir a consistência, integridade e completude da base de dados disponibilizada diariamente aos gestores e controladores do risco de liquidez; Disponibilizar informações gerenciais sobre o caixa ao Departamento de Tesouraria, bem como quaisquer alterações significativas nos níveis de reservas dos Bancos do Conglomerado; Disponibilizar informações gerenciais sobre os mapas de descasamento ao Departamento de Tesouraria.

Risco de Liquidez

Políticas e Normas

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é composto por políticas e normas que estabelecem critérios relacionados a diversificação das fontes de financiamento da Organização.

A Política de Gestão de Risco de Liquidez assegura que existam normas, procedimentos e controles que garantam à Organização o adequado nível de liquidez e de diversificação de suas captações.

Por sua vez, a Norma de Risco de Liquidez para o Conglomerado Prudencial descreve os procedimentos e controles da Organização para o risco de liquidez, entre eles, o controle da concentração das captações por produto e contraparte

Nos comitês executivos da Organização são reportadas as concentrações de captações de produto, contraparte e prazos.

8.1.1. Controle e Acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no *framework* de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte);
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

8.1.2. Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação;
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

8.1.3. Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta forma, a principal métrica utilizada para o

Risco de Liquidez

monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

8.1.4. Plano de Contingência

Conforme o Art. 38, inciso II, da Resolução do Banco Central nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, todas as instituições devem ter um plano de contingência de liquidez. O plano de contingência de liquidez da Organização abrange os seguintes pontos:

- Grupo de gestão de crise;
- Principais responsabilidades do grupo de gestão de crise;
- Indicadores de monitoramento;
- Ações para mitigação da crise;
- Frequência de revisão do plano.

8.1.5. Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre os departamentos quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos e comitês envolvendo as duas áreas (Tesouraria e DCIR) e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática *intraday* dos relatórios de liquidez para a adequada gestão do Departamento de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte;
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Risco de Liquidez

8.2. Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*)

O indicador de liquidez de curto prazo (LCR) visa garantir que a Organização mantenha um nível adequado de ativos líquidos para suprir a necessidade de liquidez em um eventual cenário de estresse de curto prazo. O LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total de saídas líquidas de caixa, calculadas conforme cenário de estresse padronizado.

A figura a seguir demonstra os principais componentes do indicador:

$$LCR = \frac{HQLA}{\text{Fluxos de Saída} - \text{Fluxos de Entrada}^*} \geq 100\%$$

*Limitado a 75% dos Fluxos de Saída

A parametrização dos cenários de estresse foi realizada pelo Regulador para capturar choques idiossincráticos e de mercado para o período de trinta dias. Os itens abaixo demonstram alguns dos choques contemplados na metodologia:

- Perda parcial das captações de varejo, de atacado sem colateral e da capacidade de captação de recursos no curto prazo;
- Saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- Aumento das volatilidades em fatores que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições em derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- Saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito/liquidez concedidas; e
- Necessidade potencial de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais, visando mitigar seu risco reputacional.

Ativos de Alta Liquidez (HQLA)

Podem ser considerados HQLA os ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, como de estar livre de qualquer impedimento ou restrição legal; pouca ou nenhuma perda em seu valor de mercado quando convertidos em espécie; baixo risco de crédito; apreçamento fácil e certo; sejam transacionados em um mercado ativo e significativo, com pequena diferença entre o preço de compra e venda, grande volume de negociação e grande número de participantes; entre outros critérios. Tais ativos estão sujeitos a fatores de ponderação que podem reduzir o valor considerado, por exemplo, conforme a classificação de risco do seu emissor ou a variação histórica de seu preço de mercado, dentre outros requisitos.

Fluxos de Saídas e de Entradas

Os fluxos de saída são resultantes da redução dos depósitos e captações; vencimentos de emissões de títulos e valores mobiliários; obrigações contratuais previstas para os próximos trinta dias; ajustes e chamadas de margens em operações com derivativos; utilização/saque de linhas de crédito e liquidez concedidas pelo Banco; e saídas de caixa contingentes.

Risco de Liquidez

Já os fluxos de entrada para os próximos trinta dias correspondem à expectativa de recebimentos de empréstimos e financiamentos; de depósitos; de títulos e valores mobiliários; e de ajustes e liberação de margens em operações com derivativos.

A tabela LIQ1 apresenta informações do Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR, relativas as entradas e saídas de caixa, bem como o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA), conforme definições e metodologia de cálculo estabelecidas na Circular nº 3.749/15.

Indicador de Liquidez de Curto Prazo – LCR (LIQ1)

R\$ mil	a		b		Mar-23 ²		Jun-22 ³	
	Valores não Ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾	Valores não Ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾	Valores não Ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾	Valores não Ponderados ⁽⁴⁾	Valores Ponderados ⁽⁵⁾
\\ Ativos de Alta Liquidez (HQLA)								
1 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		212.771.338		207.279.746				183.156.468
\\ Saídas de caixa								
2 Captações de varejo, das quais:	370.737.106	37.346.730	371.196.151	37.298.701	353.144.588	34.559.362		
3 Captações estáveis	168.732.935	8.436.647	171.473.094	8.573.655	169.272.748	8.463.637		
4 Captações menos estáveis	202.004.170	28.910.083	199.723.057	28.725.047	183.871.840	26.095.725		
5 Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	262.773.763	104.988.419	261.820.971	105.760.613	232.629.355	92.372.809		
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	13.103.825	655.191	13.898.584	694.929	15.152.345	757.617		
7 Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	248.915.120	103.578.409	244.996.602	102.139.898	217.295.084	91.433.266		
8 Obrigações não colateralizadas	754.818	754.818	2.925.786	2.925.786	181.926	181.926		
9 Captações de atacado colateralizadas		5.791.148		3.868.821		2.789.765		
10 Requerimentos adicionais, dos quais:	131.572.383	16.249.745	138.196.320	16.800.973	137.165.855	15.008.714		
11 Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	13.614.499	7.486.164	13.739.112	7.491.095	8.734.904	5.003.046		
12 Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	127.426	127.426	50.256	50.256	268.301	268.301		
13 Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	117.830.458	8.636.155	124.406.951	9.259.621	128.162.649	9.737.367		
14 Outras obrigações contratuais	37.444.365	34.951.991	37.153.513	34.643.071	37.610.469	35.157.195		
15 Outras obrigações contingentes	147.529.180	6.971.988	148.642.562	7.382.733	143.509.054	7.062.327		
16 Total de saídas de caixa		206.300.021		205.754.911		186.950.171		
\\ Entradas de caixa								
17 Empréstimos colateralizados	160.890.176	290.249	174.695.150	377.431	99.802.532	1.252.989		
18 Operações em aberto, integralmente adimplentes	47.173.760	32.663.217	47.738.348	32.473.381	48.905.734	34.444.835		
19 Outras entradas de caixa	70.546.611	54.135.009	62.582.639	47.445.429	54.201.096	42.559.126		
20 Total de entradas de caixa	278.610.547	87.088.475	285.016.137	80.296.241	202.909.362	78.256.951		
		Valor Total Ajustado⁽⁶⁾		Valor Total Ajustado⁽⁶⁾		Valor Total Ajustado⁽⁶⁾		
21 Total HQLA		212.771.338		207.279.746		183.156.468		
22 Total de saídas líquidas de caixa		119.211.546		125.458.670		108.693.221		
23 LCR		178,5%		165,2%		168,5%		

(1) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (61 observações).

(2) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (63 observações).

(3) Calculado com base na média simples diária dos meses que compõem o trimestre (62 observações).

(4) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

(5) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

(6) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites.

O montante de ativos líquidos (HQLA) totalizaram R\$ 212,8 bilhões na média do 2º trimestre de 2023, ante R\$ 207,3 bilhões na média do 1º trimestre de 2023. Com relação às saídas de caixa no cenário de estresse regulatório (item 16), cerca de 69,0% correspondem a resgates e não renovações de captações de varejo e atacado sem colaterais (sem garantia), conforme demonstrado nos itens 2 e 5 da tabela. Outro grupo relevante se refere ao item de "Outras obrigações contratuais" (item 14), que engloba preponderantemente os fluxos de saída das operações de repasse, de cartões de crédito e de *Trade Finance*. Em relação às entradas de caixa, correspondentes à R\$ 87,1 bilhões na média do 2º trimestre de 2023, destacam-se os recebimentos das operações de crédito (renovação parcial), os fluxos de entradas das operações de *Trade Finance*, as disponibilidades e resgates de títulos, além dos fluxos de entrada das operações de repasse e de cartões de crédito.

Risco de Liquidez

8.3. Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR – *Net Stable Funding Ratio*)

O indicador de liquidez de longo prazo (NSFR) visa avaliar se a Organização está financiando suas atividades (ativos) com fontes mais estáveis de captação (passivos). O NSFR corresponde à razão entre os Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e os Recursos Estáveis Requeridos (RSF), os quais são definidos conforme as estruturas de ativos e passivos da instituição que são ponderadas conforme as definições do Regulador.

A seguir demonstra-se os principais componentes do indicador:

$$\text{NSFR} = \frac{\text{Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)}}{\text{Recursos Estáveis Requeridos (RSF)}} \geq 100\%$$

Recursos Estáveis Disponíveis (ASF – *Available Stable Funding*)

Os recursos estáveis disponíveis são representados pelos Passivos e Patrimônio Líquido, os quais são ponderados conforme sua estabilidade, sendo que os recursos considerados mais estáveis são determinados principalmente por aspectos comportamentais dos clientes, considerando também o seu relacionamento com a instituição, aspectos legais e outras variáveis implícitas.

Recursos Estáveis Requeridos (RSF – *Required Stable Funding*)

Os recursos estáveis requeridos são determinados conforme os ativos do balanço patrimonial e demais instrumentos financeiros, por exemplo, limites de crédito fornecido e as garantias prestadas, os quais são ponderados por aspectos relacionados ao tipo de operação, prazo de vencimento, contraparte, entre outros.

A tabela a seguir apresenta informações relativas ao Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR) e seus componentes, conforme estabelecido na Circular nº 3.869/17.

Risco de Liquidez

Indicador Liquidez de Longo Prazo – NSFR (LIQ2)

	a	b	c	d	e	Mar-23
	Jun-23					
	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação ⁽¹⁾					
	Sem vencimento	Menor do que seis meses	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano	Maior ou igual a um ano	Valor após a ponderação ⁽²⁾	Valor após a ponderação ⁽²⁾
\\ Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)						
1 Capital	198.906.595	-	-	10.052.349	208.958.943	203.139.738
2 Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	198.906.595	-	-	-	198.906.595	193.381.115
3 Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	10.052.349	10.052.349	9.758.623
4 Captações de varejo, das quais:	149.504.490	240.147.906	684.057	2.197.442	362.180.295	363.262.436
5 Captações estáveis	82.860.071	90.704.144	36.665	115.316	165.036.153	166.511.962
6 Captações menos estáveis	66.644.419	149.443.763	647.392	2.082.126	197.144.143	196.750.473
7 Captações de atacado, das quais:	40.158.423	579.881.160	24.482.324	127.738.416	311.849.627	302.655.227
8 Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	12.921.598	-	-	-	6.460.799	6.882.096
9 Outras captações de atacado	27.236.826	579.881.160	24.482.324	127.738.416	305.388.828	295.773.131
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes						
10	-	45.199.789	4.321.394	223.390	-	-
11 Outros passivos, dos quais:	66.090.079	76.498.902	-	-	5.276.628	5.235.354
12 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero			21.768.928			
13 Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	66.090.079	54.729.974	-	-	5.276.628	5.235.354
14 Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					888.265.493	874.292.756
\\ Recursos Estáveis Requeridos (RSF)						
15 Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					11.674.372	10.691.962
16 Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
17 Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	6.497.946	333.215.630	173.535.733	291.889.357	443.852.501	449.661.738
18 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	11.664.746	-	-	1.166.475	1.095.807
19 Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	-	161.722.780	2.976.005	3.928.981	8.175.529	7.963.495
20 Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	-	136.654.587	82.007.151	212.707.582	293.903.871	299.186.459
21 Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	256.679	168.005	165.402
22 Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	4.188.147	64.818.647	100.401	50.926.768	54.596.129
23 Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	4.188.147	64.818.647	100.401	50.926.768	54.596.129
24 Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	6.497.946	18.985.370	23.733.929	75.152.393	89.511.854	86.654.447
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes						
25	-	48.571.188	4.387.638	489.163	-	-
26 Outros ativos, dos quais:	252.001.188	77.035.019	2.677.046	30.740.740	251.445.909	245.058.670
27 Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-				-	-
28 Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central			12.126.290		10.307.346	6.416.304
29 Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero			21.533.414		-	-
30 Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação			-		1.668.475	3.859.483
31 Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	252.001.188	55.501.604	2.677.046	18.614.451	239.470.088	234.782.884
32 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial		394.125.852	-	-	14.753.779	15.385.666
33 Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					721.726.562	720.798.036
34 NSFR (%)					123,1%	121,3%

(1) Correspondente ao saldo total de balanço.

(2) Correspondente ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

O indicador de longo prazo NSFR apresentou volume ponderado de recursos estáveis disponíveis muito superior ao de recursos estáveis requeridos, com excesso de saldo ponderado de aproximadamente R\$ 166,5 bilhões, resultando o indicador em 123,1%. O montante de recursos estáveis disponíveis (ASF) é constituído em grande parte por captações de clientes considerando o grau de estabilidade como principal fator para contribuição do ASF. A apuração de junho/2023 para o ASF apresentou participação de 41% oriundos de captações de Varejo e 35% de captações de Atacado. Os valores de recursos estáveis requeridos (RSF) são constituídos por itens do ativo e por itens não contabilizados no balanço patrimonial. Estes balanços são ponderados conforme o seu respectivo perfil de liquidez, desta maneira, os itens relacionados aos empréstimos e demais ativos com baixa ou nenhuma liquidez apresentam destaque no RSF (ponderadores elevados), enquanto operações de alta liquidez, como por exemplo títulos públicos federais livres, recebem ponderadores baixos. Para o mês de junho/2023 as operações de empréstimos (item 20) representavam 41% do total de RSF, enquanto demais ativos (item 31) participavam de 33% do RSF.

Risco de Crédito

9. Risco de Crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

9.1. Concessão de Crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como

Risco de Crédito

da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.

O Comitê Executivo de Crédito, por sua vez, tem por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o montante financeiro, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser submetidas ao Conselho de Administração para deliberação.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit* e *Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

9.2. Classificação do Risco de Crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, podemos citar a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do tamanho da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovação no nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, foi estabelecido indicador específico para o nível de inadimplência superior a 90 dias para PF, indicador para Ativos Problemáticos e um indicador de Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o capital nas visões econômica e regulatória.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de risco socioambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos “Princípios do Equador”, conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos socioambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas pelos grupos econômicos/clientes da Organização é distribuída em uma escala de graduação em níveis, proporcionando maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de

Risco de Crédito

Capital de Basileia, preservando os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para constituição das provisões cabíveis.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, modalidade do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, apontamentos/restrições e valor do crédito contratado.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

9.3. Processo de Gerenciamento do Risco de Crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

9.4. Mitigação do Risco de Crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos

Risco de Crédito

contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

9.5. Controle e Acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo feito na área de Risco de Crédito do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR. O Departamento assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, no qual são discutidas e formalizadas as metodologias para mensuração do risco de crédito. Os temas de relevância debatidos neste Comitê são reportados ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Além do comitê, a área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

A área acompanha ainda todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

9.6. Comunicação Interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco, inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Risco de Crédito

9.7. Detalhamento das Exposições de Risco de Crédito

Abaixo, são detalhadas a qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Qualidade creditícia das exposições (CR1)

	a	b	c	g
	Jun-23			
	Valor Bruto:		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
	Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
R\$ milhões				
1 Concessão de crédito	72.776	568.807	60.195	581.388
2 Títulos de dívida	11.188	352.881	2.958	361.112
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	224.182	-	224.182
2b dos quais: outros títulos	11.188	128.699	2.958	136.930
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	6.542	333.247	1.203	338.586
4 Total (1+2+3)	90.506	1.254.936	64.356	1.281.086

Nota: Conforme instruções de preenchimento da Carta Circular 3.936, foram consideradas como Concessões de Crédito os empréstimos, financiamentos, operações de arrendamento mercantil, operações interfinanceiras de liquidez e outras operações similares.

Comentários

A Exposição Líquida manteve-se estável no trimestre.

Exposições Brutas são as exposições antes da aplicação dos Fatores de Conversão a Crédito (FCC) e antes da dedução de sua provisão (PDD), sendo que uma operação é considerada em Curso Anormal quando suas exposições são caracterizadas como ativos problemáticos, conforme Resolução CMN 4.557/17.

Mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos, considerando as operações reportadas na tabela acima, são detalhadas na tabela CR2.

Mudanças no estoque de operações em curso anormal (CR2)

	Jun-23 a Total
R\$ milhões	
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	86.529
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	19.229
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	(819)
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	(8.997)
5 Outros ajustes	(5.436)
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	90.506

Comentários

As operações em curso anormal aumentaram em 4,6% em relação ao 1T23, acompanhando o aumento da inadimplência no período.

Adicionalmente, informações sobre a qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1, são demonstradas nas tabelas CRB de "a" – "e".

Risco de Crédito

Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento (CRBa)

Jun-23					
R\$ milhões Setor Econômico	Prazo Remanescente de Vencimento				Total
	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	
Varejo	26.313	10.391	24.864	763	62.332
Atividades Imobiliárias e Construção	5.134	3.147	20.626	7.475	36.383
Transportes e Concessão	6.102	4.507	25.749	6.164	42.523
Serviços Diversos	13.398	6.352	17.011	2.359	39.120
Holding	9.278	665	11.578	2.402	23.923
Automobilística	7.005	1.809	5.636	109	14.559
Financeiro	73.872	24.301	153.726	39.698	291.597
Atacado	15.446	4.846	11.296	1.492	33.081
Energia Elétrica	4.021	8.459	17.641	2.800	32.922
Petróleo e Petroquímico	2.223	2.540	198	3.740	8.702
Siderurgia e Metalurgia	4.486	1.702	4.831	329	11.348
Alimentícia	10.744	5.280	8.281	1.762	26.068
Fumo e bebidas	12.678	519	261	780	14.238
Papel e Celulose	537	194	9.945	195	10.871
Extração	5.435	237	2.010	139	7.822
Telecomunicações	5.541	507	2.964	41	9.052
Saúde	1.844	2.820	8.815	668	14.146
Açúcar e Alcool	5.851	2.646	2.119	1.078	11.694
Química	4.769	1.109	5.615	97	11.590
Material de Construção	1.531	460	2.206	31	4.227
Lazer e turismo	2.066	999	1.722	59	4.847
Bens de Capital	2.593	781	1.895	60	5.328
Cooperativa	4.100	1.948	1.678	233	7.959
Educação	999	509	3.401	441	5.351
Produtos de Higiene e Limpeza	1.392	179	1.581	2	3.155
Têxtil	1.336	637	1.873	69	3.916
Eletrodomésticos e eletroeletrônicos	2.338	857	507	14	3.717
Indústria Geral	1.762	649	1.198	43	3.651
Trading	5.468	459	341	860	7.128
Tecnologia da Informação	1.560	715	1.254	17	3.547
Agricultura	1.013	608	2.203	150	3.975
Embalagens	1.095	1.029	767	158	3.050
Móveis e madeira	952	334	1.195	115	2.595
Demais Setores	11.154	4.957	20.663	1.301	38.075
Pessoa Física	126.764	90.299	103.367	158.168	478.598
\ \ Total Geral	380.803	187.452	479.018	233.813	1.281.086
Região Geográfica					
\ \ Mercado Interno	359.210	176.759	459.598	221.224	1.216.792
Sudeste	235.085	117.091	234.749	108.234	695.158
Sul	34.240	20.111	36.445	21.097	111.893
Norte	8.548	5.611	10.374	8.300	32.833
Nordeste	26.597	16.355	27.199	30.166	100.317
Centro Oeste	54.740	17.591	150.832	53.428	276.591
\ \ Mercado Externo	25.766	6.899	19.804	11.826	64.294
\ \ Total Geral	384.976	183.658	479.403	233.050	1.281.086

Risco de Crédito

Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico (CRBb)

R\$ milhões	Jun-23		
	Operações em Curso Anormal		
	Total	Provisões	Baixas/Prejuízos
Setor Econômico			
Varejo	9.535	8.188	940
Atividades Imobiliárias e Construção	7.376	2.981	504
Transportes e Concessão	4.941	1.990	161
Serviços Diversos	3.144	2.290	341
Holding	4.794	1.161	4
Automobilística	116	73	4
Financeiro	392	228	21
Atacado	1.282	883	159
Energia Elétrica	708	346	0
Petróleo e Petroquímico	63	8	1
Siderurgia e Metalurgia	628	416	23
Alimentícia	494	306	29
Fumo e bebidas	57	49	59
Papel e Celulose	830	415	5
Extração	790	347	1
Telecomunicações	3.652	677	8
Saúde	308	196	20
Açúcar e Álcool	756	658	52
Química	211	165	4
Material de Construção	283	241	8
Lazer e turismo	668	450	166
Bens de Capital	536	471	7
Cooperativa	2	2	-
Educação	333	225	37
Produtos de Higiene e Limpeza	38	24	10
Têxtil	579	307	47
Eletrrodomésticos e eletroeletrônicos	55	14	4
Indústria Geral	449	354	18
Trading	121	118	2
Tecnologia da Informação	112	76	8
Agricultura	149	112	8
Embalagens	58	45	4
Móveis e madeira	158	98	21
Demais Setores	165	116	194
Pessoa Física	46.722	30.026	6.126
\\ Total Geral	90.506	54.058	8.997
Região Geográfica			
\\ Mercado Interno	90.506	54.058	8.927
Sudeste	65.153	37.635	5.788
Sul	8.156	5.412	821
Norte	3.796	2.461	494
Nordeste	8.659	5.575	1.161
Centro Oeste	4.742	2.975	663
\\ Mercado Externo	-	-	70
\\ Total Geral	90.506	54.058	8.997

Risco de Crédito

Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso (CRBc)

R\$ milhões	Jun-23					Total
	Operações em atraso					
	Menor que 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso entre 181 e 365 dias	Atraso acima de 365 dias	
Total Geral	23.879	17.544	16.630	25.758	1.801	85.611

Segregação do total das exposições reestruturadas (CRBd)

R\$ milhões	Jun-23	
	a	b
	Curso anormal	Demais
Total de Exposições reestruturadas	35.235	2.750

Concentração (CRBe)

% do total da Carteira	Jun-23
10 maiores	5,4%
100 maiores	13,9%

9.8. Detalhamento das Exposições de Mitigação do Risco de Crédito

Valores considerados para fins da regulamentação prudencial antes e após a utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito, de acordo com a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016, são detalhados na tabela CR3, nos quais as Exposições são mitigadas essencialmente por Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras, Cessão Fiduciária de Letras de Crédito, Penhor de Aplicações Financeiras, Cartas de Crédito e Letras Financeiras do Tesouro.

Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito (CR3)

R\$ milhões	a	b	c	d	e
	Jun-23				
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
1 Concessão de crédito	545.029	36.360	3.392	32.968	-
2 Títulos de dívida	361.112	-	-	-	-
I Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	131.138	295	295	-	-
II Demais operações	348.495	-	-	-	-
3 Total	1.385.773	36.655	3.687	32.968	-
4 dos quais: em curso anormal	24.984	336	-	336	-

Comentários

A exposição considera o Fator de Conversão de Crédito (FCC) e mitigação, sendo 90% das operações mitigadas cobertas por garantias e 10% por colaterais financeiros.

Os efeitos da mitigação do risco de crédito no cálculo dos requerimentos de capital, conforme a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016, são detalhados na tabela CR4.

Risco de Crédito

Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito (CR4)

		a	b	c	d	e	f
		Jun-23					
		Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
		Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	Operações contabilizadas no balanço	Operações não contabilizadas no balanço	RWA	Densidade de RWA [e/(c+d)]
R\$ milhões							
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	412.487	-	412.487	-	2.038	0,0
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	5.407	3.602	5.407	3.074	7.209	0,9
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	2.191	-	2.191	-	-	-
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	53.765	9.822	53.765	5.498	26.783	0,5
6	Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	340.486	137.275	340.486	80.607	384.309	0,9
7	Exposições de varejo	304.588	183.526	304.588	37.892	239.754	0,7
8	Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	70.637	-	70.637	-	24.828	0,4
9	Financiamentos para construção de imóveis comerciais	5.171	4.361	5.171	4.361	4.766	0,5
10	Participações societárias	25.977	-	25.977	-	25.977	1,0
13	Outros ativos	70.285	-	70.285	-	58.212	0,8
14	Total	1.290.995	338.586	1.290.995	131.433	773.876	0,5

Comentários

Houve redução de 0,3% nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) em relação ao 1T23, principalmente nas categorias de Varejo e Pessoa Jurídica.

As exposições reportadas na tabela CR4, são detalhadas por categoria e fator de ponderação na tabela CR5. Ambas adotam as regras e procedimentos da Circular nº 3.644/13⁵ do BCB.

⁵ A partir de 01/07/2023 a Circular BCB nº 3.644/13 foi revogada pela Resolução BCB nº 229/22.

Risco de Crédito

Abordagem padronizada – exposições por contraparte e Fator de Ponderação de Risco – FPR (CR5)

		Jun-23									
		Fator de ponderação de risco (FPR)								Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
		a	b	c	d	e	f	f1	g		i
R\$ milhões		0%	10%	20%	35%	50%	75%	85%	100%		Outros
Categorias											
1	Governos centrais e respectivos bancos centrais	402.331	-	10.134	-	22	-	-	-	-	412.487
2	Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	0	9.008	0	-	9.008
3	Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	2.191	-	-	-	-	-	-	-	-	2.191
4	Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	5	-	9.485	-	49.773	-	-	-	-	59.263
6	Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	1.351	-	-	-	9.109	-	177.933	232.104	68	420.567
7	Exposições de varejo	2.330	-	-	-	45.788	288.154	-	-	6.207	342.480
8	Empréstimos e financiamentos com garantia de imóveis residenciais	-	-	-	69.937	701	-	-	-	-	70.637
9	Financiamentos para construção de imóveis comerciais	-	-	-	-	9.532	-	-	-	-	9.532
10	Participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	25.977	-	25.977
13	Outras exposições	11.917	-	-	-	61	-	-	58.181	126	70.285
14	Total	420.127	-	19.619	69.937	114.986	288.154	186.942	316.263	6.401	1.422.428

Comentários

O total das exposições de crédito após FCC e Mitigação aumentou 2,5% em relação ao 1T23, principalmente na categoria governos centrais e respectivos bancos centrais.

Risco de Crédito de Contraparte

10. Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*) e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza o cálculo do capital econômico referente ao risco de crédito, de modo a contemplar a carteira de derivativos segregada por contraparte, tanto para definição do EAD (*Exposure At Default*) como do CVA (*Credit Value Adjustment*).

Ainda nesse contexto, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

Adicionalmente, a partir de junho/19, o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado seguindo a Circular nº 3.904/18⁶ do Banco Central do Brasil.

10.1. Detalhamento das Exposição de Risco de Crédito de Contraparte

A tabela CCR1, apresenta a visão geral da abordagem utilizada para o cálculo do requerimento de capital para o risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos, e fornecer os principais parâmetros empregados, conforme estabelecido na Circular nº 3.809, de 2016, e na Circular nº 3.904, de 2018.

⁶ A partir de 01/07/2023 a Circular BCB nº 3.904/18 foi revogada pela Resolução BCB nº 229/22.

Risco de Crédito de Contraparte

Análise das exposições ao Risco de Crédito de Contraparte (CCR) por abordagem utilizada (CCR1)

	a	b	d	e	f
			Jun-23		
R\$ milhões	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA
1 Abordagem SA-CCR	9.114	5.526	1,4	20.495	17.052
1.1 Abordagem CEM	-	-		-	-
3 Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-
4 Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				432.087	5.523
6 Total					22.575

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução de exposição em operações compromissadas.

Na tabela CCR3, detalha-se as exposições ao risco de crédito de contraparte em operações de derivativos, operações compromissadas e operações de empréstimo de ativos sujeitas à abordagem padronizada, conforme estabelecido na Circular nº 3.644, de 2013, por tipo de contraparte e fator de ponderação de risco (FPR).

Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco (CCR3)

	Jun-23									
	Fator de ponderação de risco (FPR)									
R\$ milhões	a	b	c	d	e	e1	f	g	h	i
Contraparte	0%	10%	20%	50%	75%	85%	100%	150%	Outros	Total
Governos centrais e respectivos bancos centrais	144.499	-	-	-	-	-	-	-	-	144.499
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	-	-	-	-	-	102	3	-	-	105
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	29.415	-	324	2.745	-	-	-	-	-	32.484
Pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	250.932	-	-	-	-	12.001	10.753	-	-	273.686
Exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contrapartes	1.336	-	470	-	-	-	-	-	-	1.806
\\ Total	426.184	-	794	2.745	-	12.103	10.756	-	-	452.582

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução de exposição em operações compromissadas.

Risco de Crédito de Contraparte

Na tabela CCR5, detalha-se os tipos de colaterais financeiros recebidos ou entregues em operações de derivativos, operações compromissadas e de empréstimo de ativos, de acordo com a Circular nº 3.809, de 2016, incluindo as transações efetuadas por meio de contrapartes centrais.

Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR5)

	a		b		c		d		e		f	
	Jun-23											
	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos							
	Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues		Valor justo dos colaterais recebidos		Valor justo dos colaterais entregues					
R\$ milhões	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados				
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-				
Depósitos – outras moedas	-	13	-	212	-	-	-	-				
Título públicos federais	1.407	-	11.810	-	2.389	-	107.764	-				
Títulos emitidos por outros governos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-				
Títulos privados	-	-	-	-	2.456	-	12.396	-				
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-				
Outros colaterais	-	-	-	-	-	-	-	-				
\\ Total	1.407	13	11.810	212	4.845	-	120.161	-				

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução nos colaterais recebidos e entregues em operações compromissadas.

A tabela CCR6 apresenta informações sobre o valor de nocional e valor justo dos derivativos de crédito (risco transferido e risco recebido), antes da compensação entre as posições vendidas e compradas.

Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito (CCR6)

	a	b
	Jun-23	
R\$ milhões	Risco transferido	Risco recebido
\\ Valor Nocional	1.292	3.541
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	1.292	2.129
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	-	-
Swaps de taxa de retorno total	-	1.412
\\ Valor de Nocional total	-	-
\\ Valor justo	43	124
Valor justo positivo (ativo)	43	-
Valor justo negativo (passivo)	-	124

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução nas exposições associadas a derivativos de crédito com risco recebido e em risco transferido.

Risco de Crédito de Contraparte

A tabela CCR8 demonstra visão abrangente das exposições a contrapartes centrais.

Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais (CCR8)

	a	b
	Jun-23	
	Exposição após mitigação	RWA
R\$ milhões		
1 Exposições a QCCPs (total)		216
2 Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	8.273	165
3 (i) Derivativos de balcão	771	15
4 (ii) Derivativos padronizados	7.503	150
5 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
6 (iv) Demais operações	-	-
7 Garantia disponibilizada em favor de QCCPs e apartada do patrimônio da entidade depositária	10.925	
8 Garantia disponibilizada em favor de QCCPs e não apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
9 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	143	51
10 Participação em fundos de garantia mutualizados - não integralizada	-	-
11 Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
12 Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
13 (i) Derivativos de balcão	-	-
14 (ii) Derivativos padronizados	-	-
15 (iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
16 (iv) Demais operações	-	-
17 Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e apartada do patrimônio da entidade depositária	-	
18 Garantia disponibilizada em favor de CCPs não qualificadas e não apartada do patrimônio da entidade depositária	-	-
19 Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
20 Participação em fundos de garantia mutualizados - não integralizada	-	-

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução nas operações a serem liquidadas em QCCPs e aumento nas garantias em favor da QCCPs.

Exposições de Securitização

11. Exposições de Securitização

Securitização é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de acordo com o processo de governança estabelecido, utilizando como forma de composição de Balanço.

A carteira é composta por operações de CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e FIDC – Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, conforme abaixo:

- **CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio:** Instruído pela Lei nº 11.076/2004, constituem em título de crédito nominativo, de emissão exclusiva de companhias securitizadoras e lastreado em Direitos Creditórios do Agronegócio;
- **CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários:** Instruído pela Lei nº 9.154/1997, constituem em título de crédito nominativo, de livre negociação, lastreado em atividades do setor imobiliário, abrangendo financiamentos de transações ou melhorias;
- **FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios:** Cumpre as instruções CVM, sendo a união de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios (recebíveis diversos).

Tais operações são consolidadas no Balanço Prudencial da Organização, de acordo com as seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- **Títulos disponíveis para venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

As operações securitizadas com retenção de riscos seguem os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.533/08 do BCB, em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

As exposições estão enquadradas no tipo de securitização tradicional que é o processo em que o fluxo de recebimentos associado a um conjunto de ativos subjacentes é utilizado para a remuneração de títulos de securitização.

A Organização Bradesco não opera como patrocinadora de Sociedades de Propósito Específico (SPE), bem como não administra ou assessora entidades na aquisição de títulos de securitização de emissão própria.

Adicionalmente, nos últimos anos não ocorreram venda ou transferência de ativos sem retenção substancial de riscos. Sendo que todas as operações cedidas foram com retenção substancial de riscos.

Exposições de Securitização

11.1. Detalhamento das Exposições de Securitização

Abaixo, é detalhado o total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses, que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo, segregadas por trimestre:

Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses (SECAe)

R\$ milhões	Abr-23 a Jun-23	Jan-23 a Mar-23	Out-22 a Dez-22	Jul-22 a Set-22
1 Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco	5	9	8	7
2 Total das Exposições honradas	-	-	-	-
3 Total das Exposições recompradas	5	9	8	7
4 Total das Exposições baixadas para prejuízo	-	-	-	-

Exposições de securitização classificadas na carteira bancária (SEC1)

A tabela a seguir apresenta informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira bancária.

	a	c	d	e	g	h	i	k	l
	Jun-23								
	Instituição financeira posições retidas			Instituição financeira como patrocinadora			Instituição financeira como investidora		
R\$ milhões	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
1 Varejo (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 Atacado (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	1.802	-	1.802
7 demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	1.788	-	1.788
8 imobiliário comercial arrendamento	-	-	-	-	-	-	14	-	14
9 mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução na exposição em Fundos de Direitos Creditórios.

Exposições de Securitização Classificadas na Carteira de Negociação (SEC2)

Informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira de negociação, as quais a Organização não possui exposições para a data-base em questão.

Exposições de Securitização

Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital – instituição como originadora ou patrocinadora (SEC3)

Informações sobre as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como originadora ou patrocinadora, as quais a Organização não possui exposições para a data-base em questão.

Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital – instituição como investidora (SEC4)

Demonstra as exposições de securitização classificadas na carteira bancária e os respectivos requerimentos de capital quando a instituição atua como investidora.

	a	b	c	d	e	h	i	l	m	p	q
	Jun-23										
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%	Abordagem Padronizada	1.250%
R\$ milhões											
1 Exposições totais	-	1.419	-	383	-	1.802	-	738	-	59	-
2 Securitização tradicional, da qual:	-	1.419	-	383	-	1.802	-	738	-	59	-
3 Securitização:	-	1.419	-	383	-	1.802	-	738	-	59	-
4 com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 com ativos subjacentes, exceto varejo	-	1.419	-	383	-	1.802	-	738	-	59	-
8 Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12 com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Comentários

Com relação ao trimestre anterior, houve redução na exposição em Fundos de Direitos Creditórios.

Risco de Mercado

12. Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos;
- *Hedge*.

12.1. Estratégias utilizadas no Gerenciamento do Risco de Mercado

12.1.1. Definição de Limites

As propostas de limites de risco de mercado da Carteira *Trading* são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira / Concentração.

Risco de Mercado

12.1.2. Modelos de Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

12.1.3. Hedge e Utilização de Derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pelo Departamento de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pelo Departamento de Tesouraria da Organização devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Risco de Mercado

12.1.3.1. Hedge Accounting

Implementado com o intuito de se reduzir a volatilidade do resultado contábil, o *hedge accounting* assegura que um ganho ou uma perda em um instrumento de *hedge* seja reconhecido no resultado no mesmo período no qual o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a *hedge* são classificadas em uma das categorias a seguir:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- **Hedge de investimento líquido no exterior:** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

12.1.3.2. Derivativos Padronizados e de Uso Contínuo

O Departamento de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

12.2. Processo de Gerenciamento do Risco de Mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Risco de Mercado

12.2.1. Controle e Acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, que diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, neste fórum, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo os mesmos revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer limite controlado pelo Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, a diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

12.2.2. Comunicação Interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

12.3. Principais Características dos Modelos Utilizados

12.3.1. Value at Risk - VaR

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que, para o modelo gerencial, o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opções adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que tal apuração é realizada diariamente e, para o modelo regulatório, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo.

Risco de Mercado

12.3.2. VaR Estressado – sVaR

O VaR Estressado (sVaR) é apurado diariamente com o objetivo de se replicar o cálculo do VaR que seria obtido em um determinado período histórico de estresse, porém utilizando a carteira atual da instituição. As volatilidades e correlações são apuradas a partir de janeiro de 2005 para os fatores de risco presentes na carteira atual, sendo que o modelo de cálculo das volatilidades e correlações adotado pela Organização, especificamente para o VaR Estressado, não utiliza decaimento. Uma vez encontrado o histórico das volatilidades e correlações, é apurado o VaR da posição atual considerando os parâmetros históricos, sendo então possível a determinação da data em que foi obtido o maior VaR para a carteira. A data de estresse selecionada também será aplicada para o VaR Estressado da carteira de opções. A verificação do período de estresse a ser utilizado nos cálculos do sVaR é realizada mensalmente. Ainda, analogamente ao VaR diário, o VaR Estressado também é extrapolado para o horizonte regulatório (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo e sua abordagem de apreçamento detalhada no item 12.3.7 Apreçamento de Instrumentos Financeiros.

12.3.3. VaR Modelo Interno – *Backtesting*

A metodologia de risco aplicada é avaliada continuamente através de técnicas de *backtesting*, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia com os resultados hipotético e efetivos.

Na visão hipotética, o resultado é calculado através da reavaliação das posições aos novos preços de mercado, supondo-se a manutenção da carteira de um dia para o outro. Já na visão efetiva, são contemplados os impactos da reavaliação das posições, os resultados de novas operações realizadas durante o dia, *day trades* e outros itens não relacionados às variações de preço de mercado, por exemplo, tarifas, comissões e custos de corretagem.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados, para determinado nível de confiança. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

12.3.4. Modelos – Utilização no Conglomerado Prudencial

A mensuração e controle dos riscos associados às carteiras *Trading* e Regulatória é realizado de forma análoga e conjunta para todas as empresas que compõe o Conglomerado Prudencial da Organização.

12.3.5. Diferenças entre Modelo Gerencial e Modelo Regulatório

De caráter gerencial, a Análise de Estresse busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam significativamente desfavoráveis à Organização e que não são capturados pelas outras medidas de risco de mercado, como o VaR Delta-Normal, por exemplo. Por outro lado, o modelo regulatório utilizado para cenários de Estresse é o sVaR, cujo objetivo é replicar o cálculo do VaR que seria feito em um determinado período histórico de estresse, porém utilizando a carteira atual da instituição.

Ainda, em razão do tamanho de algumas posições, a Organização, em seu modelo gerencial, busca quantificar o número de dias necessários para que uma determinada posição seja liquidada ou “*hedgeada*”, sendo essa avaliação feita por fator de risco. Em face disso, seu modelo gerencial faz uso de fatores de liquidez, apurados diariamente, para cálculo do VaR. Tal metodologia difere-se da abordada no modelo

Risco de Mercado

regulatório, uma vez que nesse último, adota-se uma janela correspondente ao maior valor entre 10 dias úteis e o horizonte da carteira, sendo essa janela fixa e igual para todos os instrumentos da carteira.

12.3.6. Volatilidade, Correlação e Retorno

O modelo adotado pela Organização para estimação da volatilidade é o alisamento exponencial (*Exponentially Weighted Moving Averages* – EWMA), com atualização diária, considerando em seus cálculos o retorno contínuo de 1 dia útil. Para a estimativa da volatilidade para a data de referência se utiliza uma janela de 252 dias úteis que se inicia na data útil imediatamente anterior à data de referência. O parâmetro relacionado ao peso dado a cada retorno é o fator de decaimento exponencial, que determina a taxa como os retornos passados perdem importância no cálculo da volatilidade. Para estimar o fator de decaimento mais apropriado para a carteira, é elaborado estudo com periodicidade no mínimo quinzenal, baseado nos principais fatores de risco que compõem a Carteira de Negociação acrescida das exposições de moedas e *commodities*. Com relação ao tamanho da amostra, é adotada para a apuração das volatilidades e correlações uma janela mínima de 252 dias úteis.

Assim como para a volatilidade, o modelo adotado pela Organização para cálculo da correlação é o EWMA, com atualização diária, ressaltando que os retornos diários, o tamanho da amostra (252 dias úteis) e o fator de decaimento são os mesmos adotados para o cálculo da volatilidade. Conforme determina a Circular 3.674 do Banco Central do Brasil, e conforme governança aprovada em Comitê, é utilizado o maior valor entre o VaR calculado com fator de decaimento (atribui maior peso aos retornos mais recentes) e o VaR sem fator de decaimento (os retornos possuem pesos iguais).

12.3.7. Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos para reporte ou aprovação, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros e Mercados Secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

Risco de Mercado

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- **Frequência:** os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- **Formalismo:** a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- **Consistência:** o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização;
- **Transparência:** assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Em dezembro de 2014, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 4.389, que altera a Resolução nº 4.277. Estas resoluções estabelecem procedimentos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e diretrizes para aplicação de ajustes prudenciais para tais instrumentos. A Organização está alinhada às diretrizes dessas resoluções inclusive com a aplicação dos devidos ajustes prudenciais promovidos pela regulação.

12.4. Detalhamento das Exposições de Risco de Mercado

A tabela MR1 detalha o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD}).

Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado (MR1)

R\$ milhões		a Jun-23 RWA_{MPAD}	Mar-23 RWA_{MPAD}	Jun-22 RWA_{MPAD}
1	Taxas de juros	9.204	5.899	5.873
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})	2.125	2.443	2.057
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})	3.095	1.359	1.632
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})	3.984	2.097	2.185
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})	-	-	-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})	923	642	951
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	2.172	1.826	3.600
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	832	1.202	377
9	Total	13.131	9.568	10.801

Comentários

Em relação ao período anterior, o principal fator que contribuiu com o aumento do RWA de Risco de Mercado para a abordagem padronizada ($RWAMPAD$) foi o aumento da exposição em taxas de cupons de Inflação.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB nº 111/21, a Organização informa que foi realizada a reclassificação de R\$ 6,9 milhões de debêntures da carteira de negociação para a carteira bancária no segundo trimestre de 2023.

Risco de Mercado

Na tabela MR2, apresenta-se informações das variações dos ativos ponderados pelo risco referentes às exposições sujeitas ao risco de mercado na abordagem de modelos internos (RWA_{MINT}), de que trata a Circular nº 3.646, de 2013, para apuração do requerimento de capital.

Informações sobre as variações do RWA_{MINT} (MR2)

	a	b	e	f
	Jun-23			
R\$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	RWA_{MINT} total
1 RWAmint na data-base anterior (Mar-23)	4.243	7.400	-	11.643
2 Mudanças nos níveis de risco	(959)	(2.457)	-	(3.415)
3 Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
4 Metodologia e regulação	-	-	-	-
5 Aquisições e vendas	-	-	-	-
6 Mudanças nas taxas de câmbio	(7)	(19)	-	(26)
7 Outros	(2)	(4)	-	(6)
Ajuste Regulatório	3.365	6.282	-	9.647
8 RWAmint na data-base atual (Jun-23)	6.641	11.202	-	17.843

Comentários

Em relação ao período anterior, o principal fator que contribuiu com o aumento do RWA de Risco de Mercado para a abordagem de modelo interno (RWA_{MINT}) foi a elevação da exposição média em taxas de cupons de inflação.

Na tabela MR3, são informados os valores (máximo, médio, mínimo e final do trimestre) apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Valores dos modelos internos de risco de mercado (MR3)

	a		
R\$ milhões	Jun-23	Mar-23	Jun-22
\\ VaR (10 dias 99%)			
1 Máximo	156,3	101,2	61,9
2 Médio	95,9	59,7	32,9
3 Mínimo	62,6	26,7	18,6
4 Final do trimestre	81,3	81,7	61,9
\\ VaR estressado (10 dias, 99%)			
5 Máximo	287,9	146,4	90,3
6 Médio	162,2	104,3	54,2
7 Mínimo	79,1	54,0	36,4
8 Final do trimestre	134,3	95,9	79,7

Comentários

A elevação da exposição em taxas de cupons de inflação e moeda estrangeira influenciou o valor médio do VaR observado no trimestre, em relação ao período anterior.

A tabela MR4 apresenta comparação entre o resultado efetivo e o hipotético com o VaR, calculado pelo modelo interno de risco de mercado, conforme disposto na Circular nº 3.646/13.

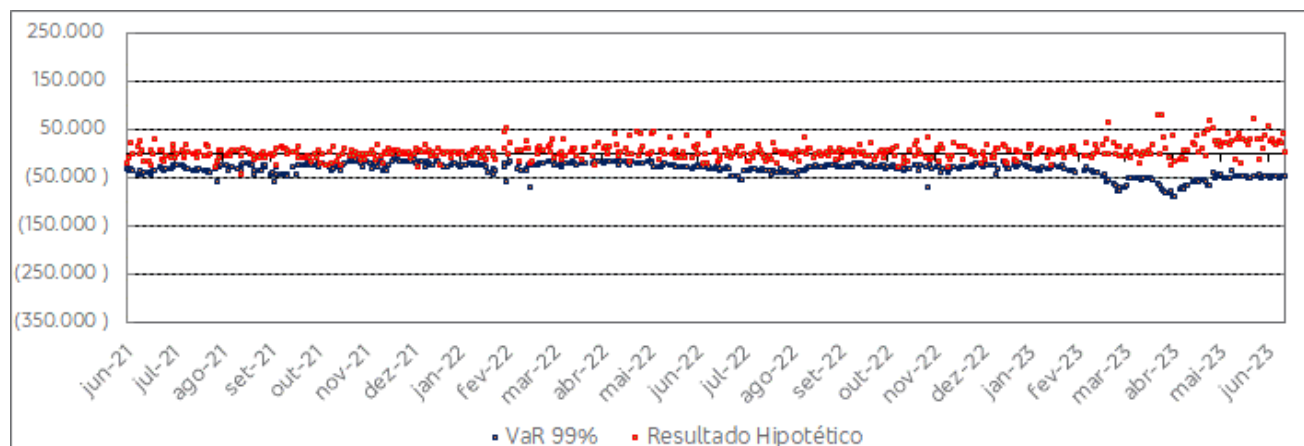
Risco de Mercado

Comparação das estimativas do var com os resultados efetivo e hipotético (MR4)

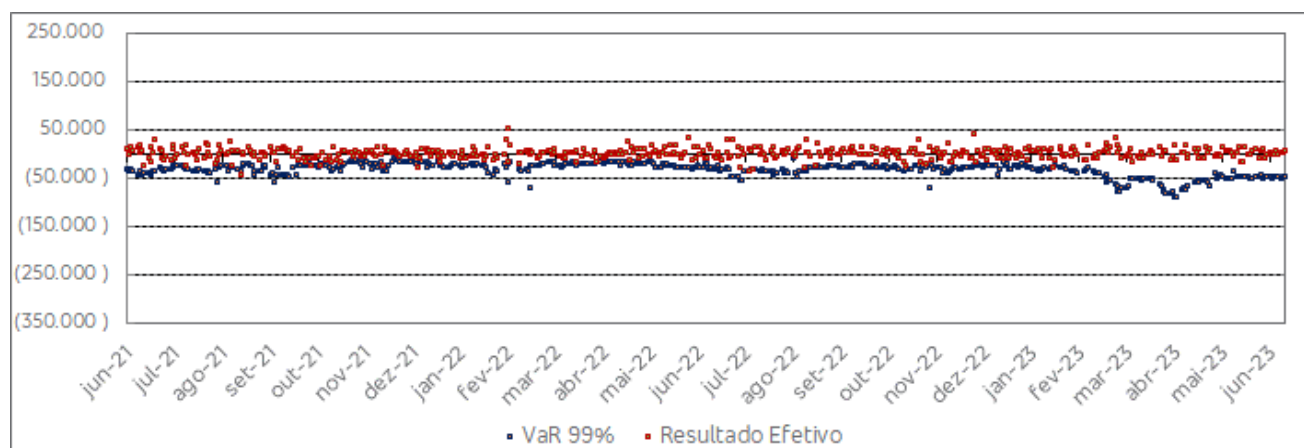
Os dois gráficos a seguir demonstram o VaR da Carteira Regulatória para 1 dia e os resultados hipotético e efetivo, apurados diariamente. O resultado efetivo inclui tarifas, corretagens, emolumentos e comissões.

A Organização utiliza 1 modelo interno de risco de mercado, portanto o requerimento de capital associado ao modelo é de 100%.

VaR diário e Resultado Hipotético Regulatório



VaR diário e Resultado Efetivo Regulatório



Data de Abertura	R\$ mil			Motivos
	VaR de 1 dia	Resultado Efetivo	Resultado Hipotético	
09/09/2021	34.490	44.830	45.033	Manifestações no dia 7 de setembro e inflação acima do esperado elevam aversão ao risco.
29/10/2021	18.457	24.019	18.669	Preocupação do mercado com a responsabilidade fiscal leva a subida da curva de juros e perdas nos ativos brasileiros.
22/04/2022	17.647	17.260	23.771	Aversão ao risco impulsionada por perspectiva de maior aperto monetário pelo FED.

Risco de Mercado

O total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos é apresentado na tabela a seguir.

Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos (OPD)

	a	b	c	d	e	f	g	h
R\$ milhões	Jun-23							
Posição	Comprada				Vendida			
Fator de Risco	Contraparte Central		Não Contraparte Central		Contraparte Central		Não Contraparte Central	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
1 Taxa de Juros	39.117	624	105.683	18.247	(180.175)	(474)	(86.067)	(17.221)
2 Taxa de Câmbio	10.704	102	41.089	13.178	(28.450)	(101)	(36.382)	(15.970)
3 Preço de Ações	1.421	115	277	729	(1.134)	(34)	(1.415)	(1.744)
4 Preços de Mercadorias (Commodities)	3	-	624	-	-	-	(235)	-

Comentários

Derivativos da Carteira de Negociação e Carteira Bancária.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

13. Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB)

O risco de taxa de juros na carteira bancária, também conhecido como IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), pode ser entendido como a possibilidade de uma instituição ser impactada de forma negativa em seus resultados e no seu capital, em função de eventuais variações no nível de taxa de juros e os seus respectivos impactos na carteira bancária.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*.

13.1. Processo de Gerenciamento do IRRBB

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o ΔEVE .

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o ΔNII .

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

13.1.1. Métricas de Cálculo

Todas as métricas mencionadas anteriormente são calculadas para atendimento da Governança do Comitê Executivo de Tesouraria de Gestão de Ativos e Passivos que prevê frequência quinzenal de mensuração. A reavaliação dos cenários de choques ocorre posteriormente a cada reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). Caso seja necessário, em função de alguma demanda pontual, também é possível a atualização do cálculo em outras frequências.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

13.1.2. Cenários de Choque e Estresse

Além dos cenários padronizados definidos pelo Regulador, o processo de geração de cenários de choque da Organização, utilizados pelo modelo interno na apuração do IRRBB, contempla abordagens quantitativas, baseadas em estudos estatísticos e simulações, assim como também uma abordagem prospectiva, que fica sob a responsabilidade direta do Departamento de Pesquisas Econômicas – DEPEC, com revisão da Comissão Técnica de Testes de Estresse – COTES.

O período de análise é compreendido entre janeiro de 2004 e o fechamento do mês anterior ao de reavaliação do cenário. Essa data de corte foi escolhida de modo a, simultaneamente: (i) capturar o período mais recente da economia brasileira, considerando-se as diversas mudanças estruturais ocorridas e a consequente tendência de queda das variáveis sob análise; e (ii) capturar a crise global de 2008, que, ao caracterizar um período de estresse per se, inclui a maior parte das oscilações máximas observadas nos fatores de risco em questão.

13.1.3. Mensuração do IRRBB

Modelo Interno

A Organização possui, além da metodologia padronizada definida pelo regulador, os seus próprios modelos internos que consideram premissas similares ao modelo regulatório. Dentre estas premissas destacam-se:

- Os depósitos sem vencimento definido (NMDs) baseiam-se em estudos estatísticos que levam em consideração a evolução e comportamento históricos;
- Os choques são elaborados pelo Departamento de Pesquisas Econômicas – DEPEC, revisados pela Comissão Técnica de Estresse – COTES e validados pelo Comitê Executivo de Tesouraria para Gestão de Ativos e Passivos baseados em dados históricos, estudos estatísticos e análises prospectivas;
- O Patrimônio Líquido Livre é utilizado na apuração das métricas.

Modelagem e Padronização

Optou-se por considerar o *spread* médio de cada produto na taxa de desconto utilizada no cálculo do seu valor presente, ou seja, a taxa de desconto contempla a taxa livre de risco com a adição do respectivo *spread* do produto.

Os modelos de pré-pagamento e resgate antecipado foram baseados em estudos estatísticos considerando safras e evoluções históricas de cada produto.

Importante também mencionar que os cenários internos de choques consideram consistências entre os fatores de risco, de forma que todos os resultados ou sensibilidades geradas podem ser somados.

Depósitos sem Vencimento Definido (NMD)

Com relação aos depósitos sem vencimento definido (NMD), tanto o modelo interno como o modelo regulatório possuem perfil de maturidade similares conforme estudos estatísticos baseados nos saldos agregados. Todavia, o modelo regulatório respeita o prazo médio definido pela Circular nº 3.876.

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

13.1.4. Hedge e Utilização de Derivativos

A gestão de descasamentos de ativos e passivos gerados pelos negócios da Organização no Brasil e no Exterior, além do *hedge* do patrimônio externo, é realizada com base na análise dos cenários político-econômico, nacional e internacional.

Os resultados, as estratégias, comportamentos e riscos dos descasamentos e indexadores mantidos pela Organização são acompanhados e referendados pelo Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos.

A gestão de Ativos e Passivos busca adequar o tratamento contábil das operações utilizadas para *hedge* com o comportamento dos ativos e passivos objetos, além de alinhar o objetivo estratégico de manutenção do *hedge*.

13.2. Detalhamento IRRBB

As métricas de variação do valor econômico (ΔEVE) e de variação do resultado de intermediação financeira (ΔNII), de que trata a Circular nº 3.876, de 2018, são publicadas conforme instruções da Resolução nº 54 de 16 de dezembro de 2020 do Banco Central.

Risco Socioambiental

14. Risco Socioambiental

O risco socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Os riscos socioambientais associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes, por meio de atividades de financiamento e investimento.

14.1. Processo de Gerenciamento do Risco Socioambiental

O processo de gerenciamento de risco socioambiental conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que garante proativamente a devida identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desse risco. Esse processo atende as Resoluções BCB e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, necessários face a complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

A Organização busca incorporar e aprimorar constantemente os critérios para gerenciar o risco socioambiental oriundo das relações de negócios com os clientes, por meio das operações de crédito e financiamentos com a aplicação de um questionário que aborda aspectos ambientais, sociais e de governança, além de análises de garantias, fornecedores e investimentos, as quais compõem o escopo de análise refletido na Norma de Risco Social, Ambiental e Climático da Organização.

A Organização assumiu diversos compromissos relacionados aos aspectos ambientais e sociais, tais como o *Carbon Disclosure Project* (CDP), os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), o Pacto Global, dentre outros.

Princípios do Equador

A Organização também é signatária dos Princípios do Equador desde 2004, que avalia, dentre outros requisitos, as condições trabalhistas, direitos humanos, impactos às comunidades tradicionais e ao meio ambiente dos projetos financiados pela Organização, observando a legislação brasileira e as diretrizes da *International Finance Corporation* (IFC) e Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Grupo Banco Mundial.

Processo de Implementação dos Princípios do Equador

Para implementação é prestado serviço de Assessoria Financeira a *Project Finance* pelo Banco Bradesco de Investimentos – BBI, que conta com o apoio da Área de Controle de Risco Socioambiental do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR que tem como objetivo apresentar o conteúdo, a aplicação e os benefícios de atender aos Princípios do Equador no futuro projeto.

As operações que envolvem *Project Finance*, Empréstimo Corporativo a Projeto e Empréstimo-Ponte são estruturadas principalmente para clientes do segmento Corporate, que é responsável pela captação e registro dos negócios por meio de propostas de crédito. Essas propostas são analisadas sob o aspecto econômico-financeiro pelo Departamento de Crédito e sob a perspectiva de risco socioambiental pela Área de Controle de Risco Socioambiental.

Cabe à área de Controle de Risco Socioambiental avaliar as propostas, analisar os documentos, enquadrar os projetos nos Princípios do Equador, categorizar em Alto Risco (Categoria A), Médio Risco (Categoria B) ou Baixo Risco (Categoria C) e emitir parecer de risco socioambiental, atendendo às diretrizes estabelecidas pelos referidos princípios:

Risco Socioambiental

- **Alto Risco (Categoria A)** – Projetos com potencial de risco e/ou impactos socioambientais negativos significativos e que sejam múltiplos, irreversíveis ou sem precedentes.
- **Médio Risco (Categoria B)** – Projetos com potencial de riscos e/ou impactos socioambientais negativos limitados, em número reduzido, geralmente localizado, amplamente reversível e prontamente controlado por meio de medidas mitigatórias.
- **Baixo Risco (Categoria C)** – Projetos sem riscos e/ou impactos socioambientais negativos ou com riscos mínimos, reversíveis e mitigáveis.

As operações aprovadas de acordo com o fluxo interno estabelecido são contratadas com obrigações socioambientais e monitoradas periodicamente.

14.2. Controle e Acompanhamento

Operações de Crédito

A Organização acompanha o processo de análise, aprovação, contratação e posterior monitoramento das operações que se enquadram nos Princípios do Equador. Neste contexto, são analisadas as seguintes categorias de aplicação:

- Serviços de Assessoria à *Project Finance* cujo valor da operação seja a partir de US\$ 10 milhões;
- *Project Finance* cujo valor da operação seja a partir de US\$ 10 milhões;
- Financiamentos Corporativos a Projeto em que:
 - a) A maior parte do empréstimo destina-se a um único Projeto, sobre o qual o cliente tem Controle Operacional Efetivo;
 - b) O valor total da operação seja a partir de US\$ 50 milhões;
 - c) O compromisso individual da Organização (em situação de sindicato) seja a partir de US\$ 50 milhões; e
 - d) O prazo do financiamento seja a partir de dois anos.
- Empréstimos-Ponte com duração inferior a dois anos, a serem refinanciados por *Project Finance* ou Financiamento Corporativo a Projeto;
- Refinanciamento Relacionado a Projetos e Financiamento de Aquisição Relacionada a Projetos em que:
 - a) O Projeto em referência foi financiado de acordo com a estrutura dos Princípios do Equador;
 - b) Não houve mudança significativa na escala ou no escopo do Projeto;
 - c) A conclusão física do projeto ainda não tinha ocorrido na época da assinatura do contrato de linha de crédito ou empréstimo.

Além de atender aos Princípios do Equador, a Organização também segue um conjunto de critérios observando aspectos socioambientais nas análises de crédito de operações destinadas a projetos que apresentem potencial risco socioambiental.

Faz parte das análises, a verificação da existência de áreas contaminadas, embargadas, licenças, certificações e estudos ambientais, sendo que tais informações auxiliam na identificação de potenciais riscos socioambientais a serem trabalhados junto aos clientes.

Risco Socioambiental

A tomada de decisão pelo Comitê Executivo de Crédito leva em consideração os riscos socioambientais, além dos demais aspectos econômico-financeiros e, uma vez aprovada a concessão de crédito, a contratação da operação é realizada mediante negociação e inserção de obrigações socioambientais nos contratos de financiamento. A partir de então, os projetos que apresentam potenciais riscos socioambientais são monitorados periodicamente, visando o cumprimento das referidas obrigações contratuais.

Os assuntos relacionados ao risco socioambiental são apreciados nos fóruns de gerenciamento de riscos. De forma complementar o Comitê de Sustentabilidade e Diversidade estabelece a Política Corporativa de Sustentabilidade e atua junto à Alta Administração para definir as estratégias que envolvem a sustentabilidade organizacional sendo subordinado ao Conselho de Administração.

Cadeia de Fornecimento

A Organização realiza a avaliação socioambiental de fornecedores, visando à mitigação dos riscos socioambientais na sua cadeia de suprimentos. Nesse sentido, os fornecedores são avaliados num processo contínuo e permanente, tendo em vista a legislação ambiental, trabalhista e de saúde e segurança do trabalho vigente, normas internacionais e diretrizes internas adotadas pela Organização.

14.2.1. Operações enquadradas nos Princípios do Equador (abril a junho de 2023)

No 2º trimestre de 2023 não houve contratação de Serviço de Assessoria e Financiamento a *Project Finance*, bem como de Empréstimo Corporativo a Projetos enquadrados sob os critérios de Princípios do Equador.

14.3. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados a análise e monitoramento do risco socioambiental são reportados às áreas envolvidas no processo de operações de crédito e fornecedores, além de reportes periódicos à Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Risco Climático

15. Risco Climático

O risco climático representa a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças no clima. Essas mudanças podem derivar de impactos físicos acarretados por eventos climáticos como enchentes, tempestades, geadas, deslizamentos de terra, crises hídricas, aumento de temperatura, dentre outros. O conjunto de alterações que possuem essas consequências são denominados riscos físicos.

Em resposta aos eventos físicos, mudanças de caráter regulatório ou social já ocorrem e tendem a se intensificar e produzir respostas para evitar o agravamento das mudanças no clima. Esse conjunto de iniciativas depende da transição para uma economia de baixo carbono, estrutura produtiva para a qual o volume de emissões de gases de efeito estufa deverá ser drasticamente reduzido em relação aos patamares atuais. Para acelerar essa transição e amenizar os efeitos físicos, espera-se que ocorram mudanças em lógicas de mercado, regulações e tecnologias, além de um nível crescente de responsabilização das organizações por seu papel e atuação na agenda. Os riscos associados a esse processo são conhecidos como riscos de transição.

O risco climático, quando associado às instituições financeiras é, majoritariamente, indireto e advém das relações de negócios com clientes e fornecedores.

15.1. Processo de Gerenciamento do Risco Climático

O gerenciamento do risco climático dispõe de uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que possibilitam a identificação, classificação, e monitoramento, em conformidade com as Resoluções do BCB e em consonância com os princípios de relevância e proporcionalidade, necessária face a complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

O processo de gerenciamento está refletido em Norma, na qual consta o escopo de análise definido pela Organização e consiste na identificação, classificação e monitoramento do nível de risco climático, sendo esta avaliação incorporada no processo de crédito envolvendo Pessoas Jurídicas (PJ), visando subsidiar a tomada de decisão da operação. Adicionalmente, é praticado o monitoramento da exposição da carteira de crédito PJ aos potenciais impactos das mudanças do clima por setor.

15.2. Iniciativas e compromissos

A Organização assumiu compromissos relacionados aos aspectos climáticos, com destaque para a Net Zero Banking Alliance (NZBA), Princípios para o Investimento Responsável (PRI) além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de risco climático para a indústria bancária, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

15.3. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados a análise e monitoramento do risco climático são reportados às áreas envolvidas no processo de operações de crédito, além de reportes periódicos à Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

Risco de Modelo

16. Risco de Modelo

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões. O uso de modelos no apoio à tomada de decisões de negócio é uma prática cada vez mais frequente, pois traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão manual como pela precisão.

Entretanto, em se tratando de simplificações da realidade, os modelos estão sujeitos a riscos, representados pela possibilidade de perdas em razão de modelos com falhas ou deficiências no processo de desenvolvimento, ou uso inadequado.

16.1. Processo de Gerenciamento de Risco de Modelo

Na Organização, a responsabilidade pela validação e reporte do tema à Alta Administração pertence à Área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), diretoria com subordinação direta ao *Chief Risk Officer* (CRO).

A AVIM possui como principais funções a Governança de Modelos e a Validação Independente de Modelos, buscando zelar pela integridade dos dados e relatórios e pela existência de controles e testes, que garantam a implementação e o uso adequado dos modelos e a aderência às normas regulatórias.

Destaca-se, ainda, que o processo de gerenciamento do risco de modelos possui uma estrutura apropriada de papéis e responsabilidades, envolvendo todos os *stakeholders* que, de forma integrada, atuam para identificar, inventariar, avaliar, classificar e monitorar os modelos.

16.2. Metodologia de Risco de Modelo

A metodologia de modelo compreende a classificação de relevância de cada modelo em: *Tier I*, *Tier II* ou *Tier III*, sendo o *Tier I* o de maior relevância e o *Tier III*, o de menor. Essa classificação ocorre mediante a análise de três dimensões, sendo o impacto nas decisões, a materialidade e a complexidade do modelo. A classificação de um modelo determina sua priorização e a criticidade com que será avaliado: frequência das revisões, formas de desafio, bem como os níveis de controle exigidos ou os requisitos mínimos a serem atendidos para mitigação do risco de modelo.

A abordagem de avaliação do risco do modelo ocorre através de uma análise qualitativa envolvendo as principais dimensões que compõem os modelos. As dimensões são: metodologia, dados, ambiente de tecnologia, desempenho e governança. Na avaliação destas dimensões é atribuído ao modelo uma nota que resultará em um dos 5 níveis de *rating*: Risco Mínimo, Risco Baixo, Risco Moderado, Risco Alto e Risco Muito Alto.

16.3. Controle e Acompanhamento

A AVIM elabora o cronograma de validação e verificação dos modelos a partir dos critérios de priorização (*Tier*), que são aprovados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Adicionalmente, o reporte do monitoramento do risco de modelo é realizado nos Comitês Executivos de Acompanhamento e de Gerenciamento de Riscos, este último responsável por discutir e formalizar as metodologias para controle e avaliação do risco de modelo.

Risco Operacional

17. Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado às atividades desenvolvidas pela Organização.

17.1. Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

A Organização adota o modelo das Três Linhas, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Dependências de forma que as tarefas essenciais de gerenciamento do risco operacional sejam realizadas de maneira integrada e coordenada. Para isso, são realizadas as seguintes atividades:

- Identificar, avaliar e monitorar os riscos operacionais inerentes às atividades da Organização;
- Avaliar os riscos operacionais inerentes aos novos produtos, serviços e parceiros visando a sua adequação à legislação e aos procedimentos e controles;
- Mapear e capturar os registros de perdas operacionais para composição da base de dados de risco operacional e gerenciá-los em linha com o apetite da Organização;
- Prover análises que proporcionem informações de qualidade às Dependências, visando o aperfeiçoamento da gestão do risco operacional;
- Avaliar cenários e indicadores para fins de composição do capital econômico e aprimoramento dos mapas de riscos da Organização;
- Avaliar e calcular a necessidade de capital regulatório e econômico para o risco operacional; e
- Assegurar a existência de procedimentos de governança para reporte do risco operacional e seus principais aspectos no intuito de subsidiar as decisões estratégicas da Organização.

Estes procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, sendo certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de forma a atender os limites de apetite a riscos estabelecidos pela Organização.

17.2. Metodologia de Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, a Organização adotou a Abordagem Padronizada Alternativa para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao Risco Operacional (RWA_{opad}).

Além disso, a Organização utiliza os dados internos de perdas operacionais, os quais são elementos para apuração do capital econômico de risco operacional baseado em modelo interno. Neste contexto, a Organização classifica os eventos de risco operacional em:

Risco Operacional

Eventos de Risco Operacional

■ Fraudes Internas	■ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição
■ Fraudes Externas	■ Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI)
■ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho	■ Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição
■ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços	■ Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados

Outro componente que faz parte do cálculo do capital econômico, e que são utilizados para análise de cenários e comparações dos eventos de perdas operacionais frente aos grandes bancos globais, são os dados externos e, portanto, a Organização faz uso da base de dados de perdas operacionais de consórcio mundial denominado *Operational Risk Data Exchange* (ORX).

17.3. Controle e Acompanhamento

O risco operacional é controlado e acompanhado primariamente por área independente, o Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, sendo apoiada por diversas áreas que fazem parte do processo de gerenciamento deste risco.

17.4. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados aos eventos de perdas operacionais, bem como os controles e ações adotadas para a sua mitigação, são apresentados e discutidos periodicamente junto às áreas envolvidas no processo de gerenciamento do risco operacional, inclusive com o envolvimento da Alta Administração.

Gerenciamento de Continuidade de Negócios

18. Gerenciamento de Continuidade de Negócios (GCN)

A Organização fundamenta seu programa de GCN na norma ABNT NBR ISO 22.301, a qual define Continuidade de Negócios como “a capacidade da Organização de continuar a entrega de produtos ou serviços em um nível aceitável previamente definido após incidentes de interrupção”.

Os procedimentos adotados após uma interrupção, e que devem garantir o nível operacional aceitável dos processos de negócios críticos – internos ou terceirizados, estão contidos em um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que objetiva a recuperação das atividades para minimizar possíveis impactos aos nossos clientes.

A estrutura organizacional e a governança estabelecida para Continuidade de Negócios contemplam políticas e normas corporativas as quais definem papéis e responsabilidades que visam garantir que os planos e estratégias empregados estejam atualizados. A eficácia do PCN é garantida mediante a realização de testes e exercícios periódicos junto às unidades de negócios. O Programa de Gestão de Continuidade da Organização considera também as atividades de processos críticos realizados por prestadores de serviços.

Nossas políticas e normas internas estão alinhadas às regulamentações do Banco Central do Brasil e recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. O processo de Gestão de Continuidade de Negócios está sob a responsabilidade do Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR, área de Gerenciamento de Continuidade de Negócios – GCN.

18.1. Processo de Gestão de Continuidade de Negócios

O processo de gestão de continuidade de negócios é realizado de maneira corporativa e integrada e visa o cumprimento do ciclo anual na Organização, no qual as unidades devem:

- Revisar os processos de negócios tempestivamente através da Análise de Impacto do Negócio (BIA);
- Avaliar as Estratégias de Continuidade;
- Manter os planos revistos e atualizados em ferramenta corporativa;
- Treinar as pessoas envolvidas nas atividades designadas;
- Testar os planos e estratégias seguindo o planejamento anual;
- Avaliar os resultados obtidos e promover ajustes e melhorias, quando necessário;
- Identificar, avaliar e tratar dos procedimentos de continuidade envolvendo fornecedores e sistemas considerados relevantes para as atividades da unidade.

As ações de continuidade de negócios são desenvolvidas internamente, baseadas em melhores práticas divulgadas pelos principais órgãos internacionais do setor: DRII – *Disaster Recovery Institute International* (EUA) e BCI – *Business Continuity Institute* (Inglaterra), e também normativos e *frameworks* nacionais, como por exemplo, as normas ABNT NBR ISO 22.301 e ABNT NBR ISO 22.313.

18.2. Controle e Acompanhamento

Todas as etapas do processo de gestão de continuidade são controladas pela área de Gerenciamento de Continuidade de Negócios (GCN) através de acompanhamento de testes e exercícios de PCN das áreas de negócios, bem como exercícios de *Disaster Recovery* (DRPs) junto aos Departamentos de tecnologia da Organização, sendo seus resultados avaliados e disponibilizados às respectivas unidades e fóruns da Organização e ficando disponíveis para os Órgãos Reguladores e Auditorias Internas e Externas. Adicionalmente, a área de GCN também é responsável por zelar pela manutenção dos ativos de infraestrutura física do site de Continuidade de Negócios Corporativos.

18.3. Comunicação Interna

As ações de comunicação estão acessíveis aos funcionários de Departamentos e Empresas Ligadas através de: Políticas e Normas de Continuidade de Negócios e Fornecedores Relevantes, disponíveis no sistema Normativo; Treinamento on-line, por meio da intranet corporativa; Reuniões com os Responsáveis PCN e Palestras de conscientização.

Gestão de Crises Corporativa

19. Gestão de Crises Corporativa

A Organização define incidente e crise da seguinte forma:

Incidente: evento momentâneo, de pequena complexidade e com possível repercussão perante partes interessadas. O incidente, a depender da gravidade, é classificado como relevante ou crítico.

Crise: caracteriza-se como a ocorrência de evento (ou combinação de eventos) extremamente adverso, raro, instável e complexo que possa resultar em uma deterioração de relacionamento com partes interessadas bem como representar uma potencial ameaça aos objetivos estratégicos, à reputação ou até mesmo à existência da Organização.

19.1. Processo Corporativo de Gestão de Incidentes e Crises

O processo corporativo de gestão de incidentes e crises contribui para que eventuais indícios de incidente e crise sejam tempestivamente identificados, avaliados e classificados quanto a sua gravidade, de forma que ações sejam prontamente tomadas visando reestabelecer o curso normal das atividades e fortalecer a resiliência operacional da Organização.

O processo corporativo de Gestão de Incidentes e Crises compreende as seguintes etapas:

- **Prevenção:** Identificar vulnerabilidades e elaborar cenários que possam resultar em incidente e/ou crise;
- **Preparação:** Elaborar planos de resposta a incidentes e/ou crises e realizar treinamentos;
- **Resposta:** Acionar a gestão de incidentes e crises e executar planos de resposta;
- **Recuperação:** Identificar oportunidades para aprimorar processos e planos de gestão de incidentes e crises.

De forma a harmonizar a percepção quanto à gravidade de um incidente e/ou crise, a Organização estabeleceu níveis de impactos que auxiliam na otimização de recursos e dimensionamento dos esforços necessários à luz do evento que se apresenta, sendo incidente relevante, incidente crítico e crise.

19.2. Estrutura Corporativa de Gestão de Incidentes e Crises

A estrutura corporativa de gestão de incidentes e crises compreende em um processo robusto de controle, composta por fóruns que respaldam o Comitê Executivo de Gestão de Incidentes e Crises na tomada de decisão, informando, propondo ações necessárias e relatando a efetividade das ações executadas.

19.3. Comunicação Interna

A comunicação interna de gestão de incidentes e crises corporativa é realizada de forma tempestiva, através da emissão de boletins e reportes para o Comitê Executivo de Gestão de Incidentes e Crises e demais áreas envolvidas.

Quando necessário, a Organização realiza a comunicação oportuna com as partes interessadas informando sobre a ocorrência, as ações em andamento e orientações aos clientes.

Risco de Estratégia

20. Risco de Estratégia

O risco de estratégia é representado pela possibilidade de deterioração de resultado, capital e/ou dos indicadores estratégicos (em relação ao planejado) decorrente de decisões empresariais não alinhadas à estratégia, implantação inadequada de decisões bem como falta e/ou insuficiência de reação às mudanças do ambiente empresarial.

20.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Estratégia

O processo de gestão do risco de estratégia é realizado de maneira corporativa e integrada, compreendendo a identificação, classificação, controle e reporte dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos da Organização.

A Organização fundamenta sua atuação em quatro pilares – cliente, nossa inspiração; pessoas, nosso time; transformação digital, como fazemos; e sustentabilidade, feitos para durar – que sustentam o propósito corporativo de criar oportunidades para a realização das pessoas e o desenvolvimento sustentável de empresas e sociedade.

O gerenciamento do risco de estratégia é realizado periodicamente por meio do acompanhamento do risco dos pilares estratégicos, considerando a avaliação dos objetivos e iniciativas estratégicas, fatores críticos de sucesso, vantagem e desvantagem competitiva e oportunidades e ameaças, entre outros aspectos.

A gestão do risco de estratégia é respaldada por Política e Norma, que descrevem o escopo de avaliação, metodologia e governança do risco de estratégia, alinhadas às diretrizes da Organização.

20.2. Controle e Acompanhamento

O controle e acompanhamento são realizados pelo DCIR e estão respaldados na estrutura de governança da Organização, composta por Comitês Executivos onde são formalizadas as metodologias para gerenciamento e avaliação do risco de estratégia.

20.3. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados a análise e monitoramento do risco de estratégia são reportados periodicamente aos devidos Comitês Executivos e às áreas envolvidas no processo de gerenciamento deste risco.

Risco de Contágio

21. Risco de Contágio

O Risco de Contágio é representado pela possibilidade de perda financeira decorrentes dos relacionamentos (contratuais ou não) da Organização com empresas controladas, coligadas, estruturas paralelas, controladoras, fundos de investimentos, fundações, fornecedores e parceiros não consolidados no Conglomerado Prudencial.

21.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Contágio

A Organização, diante da complexidade e variedade das suas atividades, interage com diversas entidades não presentes na consolidação das demonstrações financeiras e, portanto, também está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos.

O processo de gestão do risco de contágio é realizado de maneira corporativa e integrada, compreendendo a avaliação de relacionamentos não consolidados no Conglomerado Prudencial, nas quais, a despeito de haver ou não participação no capital, podem gerar necessidade de futuro aporte financeiro, ainda que não haja obrigação legal ou contratual de fazê-lo, além da possibilidade de impactar a reputação da Organização. Pensando nisso, esse processo contribui para que eventuais indícios de contágio sejam tempestivamente identificados, avaliados e classificados quanto a sua gravidade, de forma que ações sejam prontamente adotadas visando subsidiar à Alta Administração na tomada de decisão.

Nesse sentido, a Organização reconheceu este tema em Política e Norma de risco de contágio, as quais versam sobre o escopo de avaliação, metodologia e governança do risco de contágio. A metodologia compreende um conjunto de indicadores financeiros, do ambiente de controle, de gestão e da materialidade da entidade que visam capturar a probabilidade e impacto de um potencial risco de contágio da entidade avaliada, resultando em classificação em um dos seguintes níveis: Mínimo, Baixo, Moderado, Alto e Muito Alto.

21.2. Controle e Acompanhamento

O risco de contágio da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado pela área de Risco de Contágio no Departamento de Controle Integrado de Riscos – DCIR. O Departamento é responsável pela Comissão de Controle de Riscos, onde são discutidos aspectos relacionados a metodologia, governança e o acompanhamento do risco de contágio. Essa Comissão também assessora o Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos, onde ocorre o reporte do monitoramento do risco de contágio e também assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, onde são formalizadas as metodologias para controle e avaliação do risco de contágio.

21.3. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados aos eventos de risco de contágio são reportados periodicamente nos fóruns de controle de riscos da Organização, de forma tempestiva, incluindo comunicação oportuna com as partes interessadas.

Risco de Segurança Cibernética

22. Risco de Segurança Cibernética

Representado pela possibilidade de incidentes cibernéticos, incluindo, ataques, intrusões e vazamentos que possam comprometer a confidencialidade, a integridade e/ou a disponibilidade dos processos de negócios críticos, ativos e/ou infraestrutura crítica da Organização.

22.1. Processo de Gerenciamento do Risco de Segurança Cibernética

A estrutura de gerenciamento do risco de segurança cibernética tem como objetivo assegurar uma governança compatível com o porte, perfil de risco e modelo de negócio da Organização, para que os ativos e infraestrutura crítica de TI sejam capazes de resistir a ataques cibernéticos. Tal estrutura é adotada de maneira corporativa e envolve diversas áreas da Organização, que possuem atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente no controle e mitigação destes riscos, permitindo que sejam identificados, mensurados, tratados e comunicados, contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Para garantir o gerenciamento adequado do risco de segurança cibernética, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoiar os gestores e a Alta Administração na tomada de decisão, a Organização está fundamentada nos pilares da Segurança da Informação e Cibernética:

- **Confidencialidade:** Com a devida classificação, criptografia, controles de acesso e segmentação de redes para que o direito de leitura, cópia e uso da informação seja concedido somente quando necessário e para pessoas autorizadas, protegendo a Organização contra uso indevido ou vazamentos de dados;
- **Integridade:** Com os adequados controles de autenticação, rastreabilidade e proteção de dados para garantir precisão, consistência e confiabilidade da informação, protegendo os ativos da Organização contra software malicioso ou ataques cibernéticos que causem dados corrompidos, alterados ou destruídos;
- **Disponibilidade:** Com os devidos procedimentos de cópias de segurança, contingência e redundância, para que os processos críticos de negócios possam ser executados adequadamente, protegendo os ativos da Organização contra os ataques cibernéticos que esgotem a capacidade da infraestrutura de tecnologia e causem instabilidade, desativação ou indisponibilidade de serviços.

Os princípios acima são seguidos na adoção das melhores práticas de mercado em processos, metodologia e controles para identificação e gestão do risco de segurança cibernética, bem como, prevenção e tratamento de incidentes de segurança da informação e cibernéticos. Para tanto, são realizadas as seguintes atividades:

- **Identificação de Ameaças:** Detectar e identificar as ameaças e vulnerabilidades, assim como, identificar e avaliar riscos e definir potenciais cenários que possam afetar o ambiente cibernético da Organização. Esta etapa compreende também o monitoramento contínuo de indicadores de governança que contribuem para aprimorar a identificação de tendências e antecipar possíveis incidentes;
- **Proteção Contra-ataques:** Executar ações preventivas para mitigar ou transferir o risco de segurança cibernética e salvaguardar os ativos críticos, como conscientização e treinamentos de segurança da informação e cibernética, assim como, implementar atualizações de segurança, proteção contra vírus, arquivos e softwares maliciosos, gerenciados e atualizados periodicamente;

Risco de Segurança Cibernética

- **Deteção de Ataques:** Monitorar e identificar tempestivamente o risco materializado em ataques ou vazamento de informações, com ferramentas de monitoramento e processos de investigação que dão conhecimento aos responsáveis pelas ações de resposta;
- **Resposta e Recuperação de Ataques:** Registrar, analisar a origem e os efeitos de incidentes relevantes, ações devidamente detalhadas em normativos específicos de Gestão de Incidentes, definindo a avaliação de criticidade, designação de responsáveis e atuação esperada para conter o incidente, restaurar os ativos e mitigar os impactos além de nortear as ações a serem tomadas no pós-incidente para subsidiar a tomada de decisões que evitem a ocorrência de novos ataques similares.

22.2. Metodologia de Mensuração do Risco de Segurança Cibernética

A Organização utiliza fontes de informação internas e externas sobre novos tipos de ameaças, vulnerabilidades e ataques cibernéticos, além de padrões de mercado como ISO/IEC 27005:2018 – Gestão de Riscos de Segurança da Informação, NIST *Cybersecurity Framework* – NIST CSF (Guia de Aperfeiçoamento da Segurança Cibernética para Infraestrutura Crítica) e o *Information Security Forum* (ISF) para o desenvolvimento de um modelo interno de apuração do risco de segurança cibernética.

O modelo das três linhas, adotado pela Organização para a realização das etapas de gerenciamento de risco de segurança cibernética, consiste em identificar, classificar o risco e assegurar que as áreas responsáveis planejem e executem os planos de mitigação dos riscos atribuídos, para que as tarefas essenciais de gerenciamento sejam realizadas de forma integrada e coordenada.

Graduação da Severidade dos Incidentes

Os incidentes de segurança da informação e cibernética são graduados de acordo com a severidade atribuída, conforme os fatores definidos em uma “Matriz de Severidade de Incidentes de Segurança da Informação e Cibernética”, que considera os potenciais impactos aos clientes, funcionários e outras partes interessadas; financeiro; regulatório; reputacional; disponibilidade de sistemas ou serviços; e, à privacidade dos titulares dos dados.

Grupo de Ações Táticas aos Incidentes de Segurança da Informação e Cibernética (GATI)

O Grupo de Ações Táticas aos Incidentes de Segurança da Informação e Cibernética – GATI, grupo multidisciplinar, tem por objetivo conduzir a análise técnica e direcionar providências tempestivas durante tratativas dos incidentes de segurança de maior severidade e potenciais impactos à Organização e, também, suportar e acompanhar, de forma colegiada, as ações e tomadas de decisões relacionadas ao incidente.

Contratação de Prestadores de Serviços Relevantes

Para os prestadores de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem classificados como serviço relevante há avaliação de segurança da informação, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.893/21 do Banco Central do Brasil.

Risco de Segurança Cibernética

22.3. Controle e Acompanhamento

O Risco de Segurança Cibernética da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo realizados pela Comissão de Controle de Riscos – CCR, onde são discutidos aspectos relacionados a metodologia, governança e o acompanhamento do risco de segurança cibernética. Essa Comissão assessora o Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos, onde são formalizadas as metodologias para controle e avaliação do risco de segurança cibernética, sendo que estes temas são eventualmente submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC. Adicionalmente, ocorre o reporte do monitoramento do risco de segurança cibernética ao Comitê Executivo de Acompanhamento de Riscos.

Nesse contexto, destacamos o acompanhamento no Comitê Executivo de PLDFT/Sanções e Segurança da Informação/Cyber, subsidiado pela Comissão de Segurança Corporativa.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.893/21 do Banco Central do Brasil, a Organização utiliza diversos meios como as políticas internas e normativos, revisados anualmente, atividades de treinamento e conscientização em segurança da informação e cibernética, comunicação de ameaças e incidentes às partes interessadas, processo de gestão de indicadores de Segurança da Informação e Cibernética, emissão de relatório anual, além de testes de efetividade independentes e periódicos realizados nos controles chaves para controle e acompanhamento do risco de segurança cibernética.

Asseguração SOC 2 Tipo II

A Organização conquistou a Asseguração SOC 2 Tipo II, emitida por auditoria especializada independente, em abril de 2023. Esta Asseguração confirmou a consistência e efetividade dos controles implementados para segurança do ambiente de TI, quanto aos serviços financeiros prestados, com base em controles de segurança da informação de padrão internacional (AICPA – *Association of International Certified Professional Accountants*) e nas categorias de serviços SOC 2: segurança, disponibilidade, integridade do processamento, confidencialidade e privacidade.

22.4. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados aos eventos de risco de segurança cibernética são reportados de forma tempestiva e periódica nos fóruns de controle de riscos da Organização, incluindo comunicação oportuna às partes interessadas.

Risco de Compliance

23. Risco de Compliance

É o risco decorrente de sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros, oriundos do descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores ou autorreguladores, e dos códigos de conduta ética aplicáveis às atividades desempenhadas pela Organização.

23.1. Processo de Gerenciamento

A Organização adota o modelo das Três Linhas, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às áreas para que as atividades essenciais de gerenciamento do risco de *compliance* sejam realizadas de maneira integrada e coordenada. Para isso, são realizadas as seguintes atividades:

- Assessoramento da Organização em assuntos de *compliance*;
- Promoção de ações de aculturação dos administradores, funcionários e colaboradores e impulsionamento de programas de treinamento e conscientização sobre os temas de *compliance*;
- Estabelecimento de regras e procedimentos que visam à aderência da Organização ao Código de Conduta Ética e às normas externas sobre conduta com o cliente, mercado e anticorrupção;
- Avaliação dos aspectos legais e regulatórios concernentes aos produtos e serviços da Organização;
- Coordenação do atendimento às demandas de órgãos reguladores, contrapartes e bancos correspondentes;
- Identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de *compliance* inerentes às atividades da Organização;
- Gerenciamento do Programa de Condutas Esperadas;
- Monitoramento e divulgação das novas regulamentações e legislações aplicáveis às atividades da Organização; e
- Monitoramento da implementação de políticas e procedimentos.

Tais procedimentos estão alinhados ao ciclo de gerenciamento das atividades de *compliance*, distribuídas em ações voltadas à estratégia, prevenção, detecção, resposta, remediação e reporte.

23.2. Controle e Acompanhamento

O risco de *compliance* é controlado e acompanhado, primariamente, por área independente, Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética – DCCE, sendo apoiada por diversas áreas que fazem parte do processo de gerenciamento deste risco.

23.3. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados a *compliance* são apresentados e discutidos periodicamente pelas áreas envolvidas no processo de gerenciamento do risco de *compliance*, inclusive com o envolvimento da Alta Administração.

Anexos

I. Anexos

Os anexos descritos abaixo estão disponíveis no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos – Anexos Pilar 3), bem como todas as tabelas relacionadas neste documento.

Instituições Participantes do Conglomerado Prudencial – IPCP

Demonstra para o escopo da publicação, além das instituições pertencentes ao Conglomerado Prudencial, a consolidação das demais empresas.

Instituições Relevantes – IREL

Lista das principais sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis.

Participações Societárias – PS

Informações sobre as participações societárias das empresas.

Glossário

II. Glossário

A

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACP** – Adicional de Capital Principal
- AICPA** – *Association of International Certified Professional Accountants*
- ANS** – Agência Nacional de Saúde Suplementar
- ASF** – Recursos Estáveis Disponíveis (do Inglês '*Available Stable Funding*')
- AVIM** – Área de Validação Independente de Modelos

B

- BBI** – Banco Bradesco de Investimentos
- BCB** – Banco Central do Brasil
- BCI** – *Business Continuity Institute*
- BIA** – Análise de Impacto do Negócio (do Inglês '*Business Impact Analysis*')

C

- CMM** – Comissão de Marcação a Mercado
- CMN** – Conselho Monetário Nacional
- COGIRAC** – Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital
- CONTROLADORIA** – Departamento de Controladoria
- COTES** – Comissão Técnica de Estresse
- CRA** – Certificado de Recebíveis do Agronegócio
- CRI** – Certificado de Recebível Imobiliário
- CRO** – Diretor Corporativo de Riscos (do Inglês '*Chief Risk Officer*')
- CVA** – Ajuste prudencial de crédito da carteira de derivativos (do Inglês '*Credit Value Adjustment*')

D

- DCCE** – Departamento de *Compliance*, Conduta e Ética
- DCIR** – Departamento de Controle Integrado de Riscos
- DEPEC** – Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas

E

- EUA** – Estados Unidos da América
- EVE** – *Economic Value of Equity*

F

- FIDC** – Fundo de Investimento em Direito Creditório
- FPR** – Fator de Ponderação de Risco

Glossário

G

GATI - Grupo de Ações Táticas aos Incidentes de Segurança da Informação e Cibernética

GCN - Gerenciamento de Continuidade de Negócios

H

HQLA - Ativos de Alta Liquidez (do Inglês '*High Quality Liquidity Assets*')

I

ICAAP - Processo Interno de Avaliação de Adequação do Capital (do Inglês '*Internal Capital Adequacy Assessment Process*')

IFC - *International Finance Corporation*

IPCP - Instituições Participantes do Conglomerado Prudencial

IREL - Instituições Relevantes

ISO - Organização Internacional de Normalização (do Inglês '*International Organization for Standardization*')

L

LCR - Índice de Liquidez de Curto Prazo (do Inglês '*Liquidity Coverage Ratio*')

N

NBR - Norma Brasileira

NII - *Net Interest Income*

NSFR - Índice de Liquidez de Longo Prazo (do Inglês '*Net Stable Funding Ratio*')

NZBA - *Net Zero Banking Alliance*

O

ORX - *Operational Risk Data Exchange*

P

PCN - Plano de Continuidade de Negócios

PLDFT - Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

PR - Patrimônio de Referência

PRE - Patrimônio de Referência Exigido

PRI - Princípios para o Investimento Responsável

PS - Participações Societárias

R

RA - Razão de Alavancagem

RAS - Declaração de Appetite a Riscos (do Inglês '*Risk Appetite Statement*')

RSF - Recursos Estáveis Requeridos (do Inglês '*Required Stable Funding*')

RWA - Ativos Ponderados pelo Risco (do Inglês '*Risk-Weighted Assets*')

RWA_{CPAD} - Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de crédito, modelo padronizado

Glossário

RWA_{MPAD} – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de mercado, modelo padronizado

RWA_{MINT} – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco de mercado, modelo interno

RWA_{OPAD} – Parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional, modelo padronizado

S

SPE – Sociedades de Propósito Específico

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

TCFD – *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*

V

VaR – *Value at Risk*

